



© AFP

Quem conseguiu não se emocionar com o derradeiro encontro da carreira de Roger Federer?! Não entrando na discussão de ser ou não o melhor tenista de todos os tempos, o suíço, que tantas lições deu no *court* a quem estava do outro lado da rede, perdeu no único embate jogado na Laver Cup - exibição por si gizada para homenagear um dos seus ídolos, Rod Laver, que assistia nas bancadas - deixou uma aprendizagem ao mundo inteiro. Mais do que a genialidade do ténis que produziu em 25 anos de carreira, numa altura em que a guerra nos *entra* em casa todos os dias pela televisão, o planeta riposta o mal que lhe tem sido feito e o desporto e a violência parecem andar de mãos dadas, o 'maestro' suíço, de 41 anos, e as demais estrelas que vestiram as camisolas das equipas da Europa e Resto do Mundo deixaram mensagem de disciplina, tolerância, respeito, responsabilidade, verdade e um gigante espírito de equipa. Nem mais do que os valores preconizados pelo desporto.

Federer teve Rafael Nadal, adversário de 40 batalhas no circuito ATP, como parceiro numa partida de duplas, a única variante que os joelhos operados lhe permitiam fazer. Sem correr, mas a brilhar na rede, o mais velho campeão do Grand Slam, aos 36 anos, viu o parceiro espanhol, que deixara a Maiorca natal sob a iminência do nascimento do primeiro filho, devolver cada bola a Jack Sock e Frances Tiafoe só para que a despedida fosse vitoriosa e mais perfeita. Não foi possível. No entanto, que maior espírito de equipa se podia pedir do que o esforço de Nadal ou os conselhos de Novak Djokovic,

Andy Murray – os outros dois elementos dos famosos Big Four – Stefanos Tsitsipas, Matteo Berrettini & Ca, a cada pausa. Graço, Federer chorou, deixou milhões em lágrimas, incluindo os americanos vitoriosos que conferiram veracidade ao momento competitivo, mesmo que depois tenham assumido a *culpa* pela despedida (quase) perfeita.

O que fica daquela noite de 23 de setembro é um enorme cartão branco de Federer e seus pares para o mundo. E numa edição da SportMagazine dedicada à ética e aos mecanismos, como o cartão branco e a bandeira da ética, que promovemos os

ÉTICA E VALORES NO DESPORTO


CARTÃO BRANCO PARA O MUNDO

Texto: Marina Faria



valores do desporto e o papel destes na formação de melhores homens e mulheres ao abrigo do Plano Nacional da Ética no Desporto, muitos são os exemplos que Portugal também tem preconizado.

Gustavo Capdeville, guardião do Benfica e da Seleção Nacional de andebol, a usar o nome do amigo Alfredo Quintana na camisola de jogo que cobre uma *t-shirt* com a fotografia do malgrado guarda-redes do FC Porto e de Portugal, falecido aos 32 anos, - há que enaltecer os dois clubes que deixaram rivalidades figadais de lado em prol de uma homenagem maior - é disso exemplo. Outrora um dos melhores árbitros de ténis do mundo, Jorge Dias que, na qualidade de diretor desportivo, tenta ensinar os meninos da Academia dos Champs, instituição de solidariedade social, a fazer jus ao lema *Aprender a Vencer*.

Nenhum deles recebeu cartão branco como Pedro Sanca, da equipa de futebol de sub-17 do Sporting, que pousou a bola no chão para ir ajudar Diogo Baião, do SG Sacavenense que se contorcia com câibras. Ou como Pedro Martinho, treinador dos infantis B da Escola de Futebol do Benfica, em Aveiro, que deu lição de *fair-play* quando mandou parar um dos seus jogadores, abdicando de marcar golo, pois o guarda-redes adversário ficara lesionado. Os casos estendem-se ao voleibol, ao basquetebol, ao futsal. Ganhar e perder não é desporto, é um facto, mas é preciso saber ganhar e perder. A verdadeira essência do desporto está aqui... 

DOSSIER

14 APRESENTAÇÃO

PONTO DE VISTA

- 16** Entrevista a José Carlos Lima, Coordenador do Plano Nacional de Ética no Desporto

DESTAQUE

- 21** Entrevista a Gustavo Capdeville, guarda-redes de andebol

PERSPETIVAS TÉCNICAS

- 25** Entrevista a Luís Castro, treinador de futebol
- 28** Entrevista a João Mirra, treinador de rugby
- 31** Entrevista a Jorge Dias, ex-árbitro e atual diretor técnico de ténis
- 35** *Didática da ética desportiva: desenvolvimento de valores através da praxis desportiva*, por Bruno Avelar Rosa
- 38** *Integridade no desporto Mais alto, mais longe, mais forte e (finalmente) para levar a sério.*, por João Paulo Almeida
- 40** *As éticas desportivas e os seus encontros e desencontros contemporâneos*, por Carlos Eduardo Gonçalves
- 42** *Ainda vale a pena falar de ética e valores no desporto?*, por Olímpio Coelho

CIÊNCIA E DESPORTO

- 44** *O treinador e o desenvolvimento dos valores e da ética nos jovens atletas*, por Antonino Pereira
- 47** *A promoção da responsabilidade pessoal e social através da participação desportiva*, por Hélder Miguel Fernandes e Teresa Fonseca
- 51** *Como a (in)segurança condiciona o desporto: do grande evento desportivo à grande frustração dos adeptos na Final da Champions League 2022*, por Sónia M. A. Morgado e Sérgio Felgueiras
- 54** *Tempestades (im)perfeitas*, por Carla Chicau Borrego
- 56** *Do conceito de ética do desporto ao Código Deontológico do Treinador*, por Teresa Rocha



José Lima

“O treinador é uma peça fundamental para a passagem de valores”

Entrevista: Marina Faria

Fotos: DR



Criado em 2012, o **Plano Nacional de Ética no Desporto (PNED)** conta com uma década a promover os valores do *fair-play*, da verdade, do respeito, da responsabilidade, da amizade e da cooperação através do desporto. Tem milhares de Bandeiras de Ética atribuídas a entidades e outros tantos Cartões Brancos apresentados a quem pratica o bem no desporto, esta iniciativa governamental sediada no Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ). Em conversa com a SportMagazine, José Carlos Lima, coordenador do PNED desde a génese, faz um balanço destes dez anos e levanta o véu sobre o futuro de quem quer formar cidadãos com valores.





SportMagazine (SM) – O PNED comemora este ano dez anos de existência... De que forma se assinalou a data?

José Carlos Lima (JCL) – O plano foi criado em fevereiro de 2012. Fizemos a sinalização desse momento na Física de Torres Vedras, no início de março deste ano, também lançando duas publicações, praticamente todos os anos lançamos publicações, e este ano também sinalizamos este aniversário com a publicação de duas brochuras: linhas orientadoras para clubes e linhas orientadoras para pais. Como é que cada clube deve trabalhar esta dimensão da ética junto dos pais e dos atletas e depois também as linhas orientadoras para os pais, como é que devem abordar esta dimensão valorativa que o desporto tem junto com os seus miúdos.

SM – Muitas vezes o que é notícia nem sempre é o lado bom da ética do desporto. Mas ao longo destes anos o PNED terá efeitos práticos... Quais os aspetos em que a atuação foi mais sentida nesta década?

JCL – Pretendemos obter resultados, como é óbvio. O trabalho da ética e digamos da educação, é sempre um trabalho um bocadinho ignorado no sentido de querermos resultados de forma imediata não é? A nossa perspetiva é sempre a longo prazo geracional. Ao longo destes dez anos já podemos fazer uma leitura de alguns resultados. E já temos essa deteção e vamos lançar um estudo sobre o impacto do PNED ao nível do sistema desportivo. Portanto, vamos fazer um trabalho de avaliação e sobre perspetivas futuras. Mas, assim à partida, a avaliação é positiva que fazemos, não só pelos números, mas também a partir de outros aspetos. O primeiro, por exemplo, é marca que o PNED se afirmou pela positiva a nível do desporto em Portugal. É conhecida, já foi premiado internacionalmente duas vezes pelo que fazemos, somos cada vez mais chamados, pedem-nos ajuda, materiais, formação e, portanto, um *player* que é reconhecido a nível do desporto para a produção da ética. Depois também a nível do que lançamos, quer dos

recursos pedagógicos, quer discursos didáticos, posso dizer que nós estamos sempre a reeditar e a reimprimir esses recursos, porque também nos pedem. Portanto, é sinal que aquilo que fazemos também chega às pessoas e aos clubes.

SM – O Cartão Branco e a Bandeira da Ética são os recursos mais visíveis do PNED?

JCL – Sim, os nossos recursos práticos mais visíveis são o Cartão Branco e a Bandeira da Ética. O Cartão Branco é um recurso que visa a promoção da ética e do desporto pela positiva no jogo e posso-lhe dizer que cada vez mais há amostragem de cartões, significa também que esse *fair-play* e missão positiva é reconhecida e é visível cada vez mais. Outro dado que temos é o da comunicação social quase todas as semanas dar nota do futebol ou do desporto pela positiva. Porquê? Porque aparecem constantemente notícias do Cartão Branco e era esse um dos objetivos, que a comunicação social desse eco disso.

SM – Pelo que li houve 2700 amostragens do Cartão Branco nestes dez anos. Um número significativo...

JCL – Sim, sim. Nós temos 70 entidades que aderiram ao Cartão Branco, que foi sempre aumentando e cerca de 2700 amostragens. Ao nível da bandeira, também temos cada vez mais entidades registadas são mais 1700 entidades registadas na bandeira que é uma plataforma para as entidades poderem colocar lá evidências e notícias sobre como é que trabalham esta dimensão da ética e dos valores do desporto, depois nós certificamos essas experiências na área. Posso dizer que cada vez há mais entidades, temos cerca de 800 já certificadas, portanto chegamos a mais clubes que se envolvem na promoção da ética e valores. São dados reais.

SM – Sei que também atuam no âmbito das escolas. Com é feito esse tipo de trabalho?

JCL – Fazemos ainda vários concursos que lançamos em vários domínios, quer na área do ensino, quer na área da imprensa ou da investigação. Ao longo destes dez anos, fizemos 44 edições de concursos. Os números também têm sempre aumentando. São dados que nos ajudam a perceber o impacto. Paralelamente a esta dimensão dos dados que temos serem positivos porque nos dão esse *feedback* do maior envolvimento dos agentes desportivos, nós temos essa perceção. Nestes dez anos além de deixarmos marca, também ajudámos clubes a criar dinâmicas de valorização desta área, criando códigos de conduta, pessoas responsáveis nesta área da ética, campanhas específicas. É uma área que tem sido valorizada com a presença do PNED, sem dúvida nenhuma.

SM – Por muito que o caminho seja o correto, o que falta fazer para que situações de agressões entre adeptos, por exemplo, não se repitam?

JCL – O nosso trabalho é muito da prevenção e formativo, atuamos muito a nível dos escalões de formação, não tanto no desporto profissional, mas focamos muito na dimensão mais preventiva e formativa nos escalões de formação. Esse é o nosso público-alvo. Em relação

à essa questão dos adeptos, digamos que é a mais visível, não é? As notícias dão mais conta da dimensão mais negativa que o desporto tem. Mas o Governo criou uma autoridade contra a violência, de prevenção e combate à violência no desporto, e essa entidade tem essa missão de prevenir e dar conta dessa luta dimensão mais violenta que o desporto tem. E tem feito um bom trabalho. Agora, o que me parece a mim, é que têm que haver aqui duas dimensões. Uma mais preventiva e informativa, que é a que nós fazemos, e isto é geracional, educacional e haverá sempre gente que pisa o risco e haverá sempre gente mal-educada como em todas as gerações. Agora acho que podemos atenuar isso com a questão da prevenção e da formação. Podemos usar aqui a imagem de dois carris de comboio que têm de ser paralelos. A dimensão formativa e de sensibilização dos adeptos, dos clubes e depois o outro carril, o da dimensão mais legal, mais sancionatória que deve existir.

SM – Qual deve ser a evolução, no seu entender, deste carril da dimensão legal?

JCL – Tanto a prevenção como a dimensão legal devem aprimorar, devem evoluir, se calhar, para penas mais pesadas, ir ao bolso das pessoas com mais peso, para que se sintam dissuadidas para não ter determinados comportamentos. Depois toma-se a floresta pela árvore e é errado. Por exemplo a Associação Futebol do Porto todos os fins-de-semana realiza mais de mil jogos, desses mil jogos cinco por cento, ou nem isso, têm problemas disciplinares. É uma minoria e, por vezes, damos foco a essa minoria. Grande parte do desporto é vivido e praticado de uma forma saudável. Temos que caminhar e trabalhar sempre nestes dois carris. Grande parte dos adeptos são adultos, já formados e é difícil trabalhar com eles do ponto de vista preventivo. Aí têm que ser as sanções ainda mais pesadas. Em relação às crianças, aí já é um trabalho diferente.

SM – Tais como?

JCL – Nós temos muitas ações de sensibilização, fizemos entre 2500 e 3000 ações de formação, com mais de 125 mil participantes nessas ações, grande parte também de treinadores. A nossa ação passa muito por aí por

formação e sensibilização. Passa também estimular os clubes a trabalharem esta temática através da Bandeira que é uma metodologia que estimula os clubes e as entidades a promover esta área. Temos tido coisas muito interessantes. Os clubes cada vez mais trabalham com os pais, criando academias, escolas, formação para os pais, criação de documentos estratégicos como códigos de conduta. Os municípios também estão apostados nesta temática, por exemplo nos contratos-programa de apoio financeiro aos clubes também já há critérios de majoração para esta dimensão da ética. Portanto os clubes que se comportam, que trabalham esta área, têm a certificação da bandeira e são majorados do ponto de vista financeiro e aqui há uma coisa estrutural que permite uma mudança comportamental. O desporto tem uma dimensão, uma componente muito grande do ponto de vista emotivo. Às vezes as pessoas não se controlam e dão maus exemplos aos miúdos. Por vezes, os clubes também não têm força para impor determinadas regras, porque também dependem financeiramente dos pais. Acho que cada vez mais há essa consciencialização de colocar regras, códigos e 'educar' os pais.

SM – Que outros mecanismos estão previstos a breve trecho?

JCL – Vamos avançar em breve com um projeto piloto com várias entidades para a próxima época desportiva. Pretendemos trabalhar um pouco esta dimensão da competição e da formação. Entendemos que os pais são fatores negativos para os seus filhos por causa do peso que dão ao resultado. A competição faz parte do jogo, mas quando na formação se dá demasiado peso a essa componente, estamos a desvirtuar o período da formação. Estamos a falar de escalões de formação e não de competição. Este projeto-piloto para valorizar outros aspetos que contribuam para a classificação e que não se fixa apenas no ganhar ou perder. Para a classificação vão contar outros aspetos como a disciplina ou comportamento dos pais. O resultado assim não tem tanto peso e os pais percebem que se por portarem mal também isso pesa para classificação. Vamos trabalhar neste modelo ao longo deste ano.





SM – Será apenas aplicado nos clubes que tiverem a Bandeira?

JCL – Vai ser um projeto com várias associações de futebol, que já estão connosco, também algumas federações. Vamos trabalhar uma metodologia de valorização dentro dos escalões de formação de aspetos formativos e educativos que possam contribuir também para a classificação. Estamos a falar até aos 12 anos em que outros aspetos que são importantíssimos na formação dos miúdos. Criando este modelo, a ideia é que em 2023/2024 tenhamos um projeto-piloto com várias modalidades aplicando esta metodologia.

SM – Pode dar exemplos práticos da atuação da Bandeira da Ética na sociedade?

JCL – Estamos a acompanhar um projeto da Câmara Municipal de Almeirim em que estão a testar, dentro do processo da Bandeira da Ética, o projeto que é Pais Desportivos São Pais Responsáveis. Quando os pais dizem asneiras os recintos desportivos são penalizados com multas e nós estamos a acompanhar essa metodologia. Há essa preocupação das entidades em mudar os comportamentos e tenho a esperança de que realmente as coisas melhorem. Acho que cada vez mais há essa consciencialização. Os pais procuram clubes e entidades que se preocupam com esta área e os clubes querem essa mais valia para si.

SM – Qual a importância que têm os treinadores neste campo da formação de bons cidadãos?

JCL – O treinador tem grande importância, porque estamos a falar da formação de miúdos, crianças que se faz através de uma atividade desportiva. Não podemos perder este Norte. Temos miúdos que estão a desenvolver-se do ponto de vista físico, intelectual, emotivo e também social. São estes múltiplos aspetos que o treinador tem que ter em atenção. Quando os miúdos são crescidos é outra coisa, agora numa fase formativa o

treinador deve ter esta preocupação de estar a formar crianças que irão ser adultas e que a sua atividade desportiva é uma ferramenta para essa educação. Só uma mínima parte será atletas de alta competição, é até mais interessante para o treinador investir na dimensão formativa, porque a grande massa das pessoas vem dali. Todos vão ser homens ou mulheres e poucos vão ser atletas. O treinador tem que ser aquela figura marcante, um modelo para passar valores, para a formação do caráter dos miúdos. Aliás, logo no preâmbulo do Código Deontológico dos Treinadores, da Confederação dos Treinadores, lê-se isso mesmo. O treinador é uma peça fundamental para a passagem de valores. Educa, transforma e educa um ser humano que é também um atleta.

SM – O Código Deontológico dos treinadores é uma ferramenta fundamental para que estes pressupostos sejam aplicados?

JCL – Cada vez mais se fala da boa governança dos modelos das entidades públicas, privadas, desportivas, também por causa da dimensão da transparência que deve existir. Neste sentido, o código deontológico, é um instrumento muito importante para afirmar essa dimensão de transparência, que aquela entidade tem um conjunto de princípios que vela e defende. Porque os princípios devem ser ideias valorativas que nos orientam, tipo sinais de trânsito. Sem esses sinais trânsito, facilmente podemos ter acidentes. Portanto, são princípios que orientam a nossa vida, o nosso comportamento. A confederação criou o código este ano, parece-me bastante interessante, é um chapéu orientador para outros códigos que possam criar dentro de outras associações específicas de cada modalidade desportiva. É um documento fundamental e que orienta o comportamento que os treinadores devem ter junto dos diversos *stakeholders*. Para nós, este instrumento é fundamental e ainda bem que a Confederação criou este instrumento de afirmação dos tais princípios que a entidade deve zelar. Temos

de ter noção que uma confederação é uma entidade de cúpula que se deve preocupar com a imagem dos seus agentes. O Código, neste caso em que os treinadores têm mais impacto na sociedade, ajuda a preservar esta imagem pela positiva.

SM – Da mesma forma que a Bandeira da Ética já produz efeitos, o Cartão Branco também já se reflete nas boas práticas?

JCL – Nós temos um estudo único até agora na Associação de Futebol de Lisboa, em que ficou provado que o Cartão Branco leva a uma diminuição das ocorrências disciplinares. Portanto este cartão não é só uma ideia interessante, tem alguma eficácia, promove a dimensão positiva do desporto. Para nós, inicialmente, este cartão fazia sentido somente no escalões de formação, mas as federações elevaram-no a outros escalões, como no basquetebol, o voleibol, que o levaram para os seniores. Tem sido muito positivo e favorece o *fair-play*.



JOSÉ CARLOS LIMA. Na coordenação do Plano Nacional de Ética no Desporto (PNED) desde 2012, José Lima é licenciado em Teologia e mestre em Ciências da Educação pela Universidade Católica Portuguesa, pela Universidade Complutense de Madrid fez especialização em Filosofia. Com voz serena, dá segurança às palavras quando o tema é a missão que tem abraçado na última década na demanda do *fair-play* no desporto. Docente universitário, foi administrador do Colégio Universitário Pio XII, coordenou o setor do mercado social de emprego, cooperação e voluntariado na União das Misericórdias Portuguesas. Integrou a direção do Colégio D. Maria Pia, da Casa Pia de Lisboa, instituição na qual este constituiu diversos projetos pedagógicos, liderou grupos de trabalho para certificação da qualidade e desenvolveu projetos solidários. Foi dirigente do CNE, teve assento no Conselho Nacional de Voluntariado e na Plataforma Nacional das Organizações Não Governamentais. Tem diversos artigos e livros publicados na área social, pedagógica e desportiva.

SM – Há um Plano da CPLP. Presumo que não seja fácil trabalhar com realidades sociais tão díspares?

JCL – Apesar das raízes que nos unem, não é fácil. Cada país tem as suas idiosincrasias e características, mas tem sido um percurso interessante. Já fizemos planos em que, na primeira parte, formámos agentes desportivos para esta ética no desporto. Durante dois ou três anos fizemos formação nos países da CPLP e houve países que já criaram os seus programas de ética e criámos recursos juntamente com eles, adaptados a cada país. A segunda fase será Brasil e Timor. Estes planos pretendem marcar a presença desta área. No fundo, são um farol para dizer que é uma área em que podem trabalhar, temos planos, recursos, atividades. Temos feito várias coisas e tem havido *feedback* positivo.

SM – Traçando uma fotografia geral, a ética do desporto em Portugal tem uma imagem bonita?

JCL – Temos a tendência sempre de valorizar mais o negativo. Somos também um país muito futebolizado, o que também não é bom. Depois há uma visibilidade muito grande de dois ou três clubes que são rivais e uma das dimensões dessa rivalidade é a imagem negativa das claques, isso marca de forma negativa. Mas também gostaria de olhar para outra face do desporto como ferramenta educativa, valorativa, como prática normal de quem joga e se dá bem, que é a grande parte das atividades desportivas. Se pensarmos na quantidade de jogos que há em todos os fins de semana, são milhares e milhares, 90% deles decorrem pela positiva. O Cartão Branco tem contribuído para lutar contra essa ideia negativa, e quando há, que é quase todas as semanas, há notícias sobre eles. ○

NÚMEROS DO PNED

130 mil participantes

2700 amostragens de Cartão Branco

2500 ações de formação de sensibilização

1700 entidades registadas

800 entidades certificadas

900 eventos desportivos com representação

44 edições de concursos

33 publicações pedagógicas

22 campanhas

TRABALHO DIRECIONADO PARA TREINADORES

linhas orientadoras para treinadores

como a ética pode ser trabalhada através do treino e do jogo

53 ações de formação (dados de 2015) para dois mil treinadores
formação nos politécnicos para mais de 1200 pessoas, grande parte treinadores (2021)

os treinadores como preocupação do PNED

colaboração no Plano Nacional de Formação de Treinadores com o módulo da ética nos graus 1 e 2

Gustavo Capdeville

“Muita gente imortalizou o Alfredo Quintana à sua maneira, esta é a minha”

Texto e entrevista: Marina Faria

Fotos: Pedro Fiúza

A foto de um abraço fraternal de Alfredo Quintana impresso numa *t-shirt* branca, que usa qual segunda pele sempre que entra em campo para ocupar a baliza, foi a forma encontrada por Gustavo Capdeville para suportar a dolorosa morte do amigo a 26 de fevereiro de 2021, após quatro dias a batalhar pela vida na sequência de paragem cardiorrespiratória num treino. Inesperada e chocante a partida do guarda do FC Porto e da Seleção, aos 32 anos, uniu clubes rivais, gerou uma bolha de amor. O guarda-redes do Benfica, de 25 anos, continua a mantê-la cheia. Com o nome de Quintana em vez do seu na camisola das águias, Capdeville mitiga a dor e perpetua, à sua maneira, a continuidade do amigo nos pavilhões. Que melhor exemplo para personificar os valores do desporto?!



Mensagens portistas de louvor

Alfredo Quintana continua a ser elemento de união a cada visita dos encarnados à Dragão Arena. E se as redes sociais servem para propósitos menos honrosos, também têm sido veículo de apreço por Capdeville. «Apesar de haver muitos adeptos a gritarem e a chamarem-me nomes, sinto-me acarinhado. Sou aplaudido quando entro em campo e, nas minhas redes sociais, recebo muitas mensagens de adeptos portistas a acarinhares-me e a mostrarem respeito, agradecendo tudo o que faço pelo Alfredo. Acho que isto é bonito, isto é desporto. Este é o lado que vale a pena, dos aplausos, das homenagens, ter gente a reconhecer que um atleta da equipa contrária fez um grande jogo e congratulá-lo por isso. Os insultos e as rivalidades são de somenos importância. Foco-me no bom. Já aconteceu jogarmos aqui com o FC Porto, vencermos e ter milhares de mensagens de portistas dando-me os parabéns», recordou, «grato» pelo que fazem por si.

O sorriso de menino de Gustavo Capdeville até parecia ganhar mais brilho à medida que se aproximava do local da entrevista, em frente ao complexo do Benfica, onde chegou aos infantis em 2009/2010. A renovação do contrato até 2026 oficializada naquele dia aguçara a confiança do guarda-redes, que completou 25 anos a 31 de agosto, e ali estava para falar da carreira, mas sobretudo do simbolismo das duas peças de vestuário que trazia na mão: a amizade com Alfredo Quintana, guardião do FC Porto e da Seleção Nacional faleceu inesperadamente a 26 de fevereiro de 2021. Uma perda irreparável para a família, que uniu, no momento, clubes como rivais, e se tornou numa dolorosa perda mitigada por Gustavo Capdeville através de uma t-shirt branca com a foto estampada de um abraço fraternal com o amigo e da sua camisola com o seu 41 – número até escolhido por simpatia ao esloveno do futebol Jan Oblak –, mas com o nome de Quintana escrito nas costas.

«Quando aconteceu, foi muito chocante porque não esperava, ninguém esperava. Já perdi entes queridos, a morte do meu avô foi inesperada também, porque faleceu do dia para a noite, mas a da minha avó já era de prever, porque estava a sofrer e fui-me habituando à ideia. O que aconteceu ao Alfredo foi um choque. Tinha esperança de que as coisas se resolvessem, que recuperasse, mesmo que ficasse com sequelas. Aqueles dias de espera foram muito dolorosos. Ouvia-se muita coisa, havia esperança depois do choque, foram dias muito maus. Acordava à noite, nunca me tinha acontecido não dormir, nem aquando do falecimento do meu avô, facto que interiorizei como sendo a lei natural da vida, apesar da tristeza que sentia. Com o Alfredo passou-se algo que nunca me acontecera. Perdi uma pessoa que não era meu familiar, era meu amigo de coração. Adormecia, sonhava com ele, tinha pesadelos, acordava. A partir do momento em que faleceu, tive de me habituar à ideia e compreender que não ia voltar. Ali a esperança morreu», verbalizou Gustavo, por vezes com o sorriso da lembrança a tentar esconder da saudade o embargo da voz.



«A partir daí, os jogos começaram a ser mais difíceis. Ainda ele estava internado fui jogar ao Póvoa, foi mesmo muito difícil. Falei com o Humberto [Gomes, outro dos guarda-redes da Seleção], foi uma tristeza tão grande entrar em campo... O Alfredo alegrava onde ia. Quando voltámos à Seleção pela primeira vez depois da morte dele, faltava algo. Porque éramos um grande grupo, e ainda somos, mas ele era carismático, era alegria. Ria, falava alto, punha música, estava sempre a cantar e sempre a dançar. Essa era a imagem dele e da nossa Seleção. Era uma pessoa muito marcante, quando ele partiu ficou um vazio. Voltar a pôr música foi um choque, voltar a rir, dançar e cantar em conjunto foi difícil. Tivemos o nosso tempo de luto. Era a imagem dele, parecia que ninguém tinha coragem de tomar a iniciativa. Não porque quisesse tomar o seu lugar, mas porque eram comportamentos muito do Alfredo. Ele era um *arraial* completo. As suas músicas, canções, danças faziam parte da nossa união. Foi muito, muito difícil. Ver o FC Porto jogar sem ele, era um vazio», reforçou o lisboeta com ascendência francesa.

«Estamos juntos no campo»

Nos dias que sucederam a partida de Quintana, no funeral reuniram-se dirigentes com divergências figadais, equipas de várias modalidades entraram em campo com o nome do luso-cubano, a Federação Europeia de Andebol [EHF] imortalizou em vídeo defesas que pensavam indefensáveis, Ricardo Costa, que fora colega e treinador

do luso-cubano no dragão, bem como os filhos Martim e Francisco, ou Rui Silva, colega de equipa do FC Porto e nos Heróis do Mar, tatuaram-no. Capdeville precisou de ir mais além. «Ele teria ainda mais dez anos de carreira. Cada um prestou homenagem à sua maneira, o FC Porto eternizou-o, mas senti que tinha de continuar a levá-lo aos pavilhões, para que continuassem a falar dele e a reproduzir a história do Alfredo. Fiz a minha t-shirt, jogava sempre com ela, e depois pedi ao Benfica para jogar com o nome dele. Muitas vezes, crianças e adultos perguntam-me porque tenho escrito Quintana na camisola, explico a história e, quando o faço, até em entrevistas, sinto que mantenho viva a memória do Alfredo, que foi muito importante para o andebol. Pelo jogador e pela pessoa que era, a história dele tem de ser contada, não quero que caia no esquecimento. Era uma pessoa extraordinária e um bom atleta, não quero que isso seja esquecido. E tanto que ele ainda tinha para dar... As pessoas adoravam-no e esperavam vê-lo jogar ainda muitos anos. Quero que continuem a vê-lo, que seja eternizado enquanto aqui estiver. Não sei se um dia vou voltar a usar o meu nome, mas neste momento sinto-me bem a usar o dele. As pessoas conhecem-me por ser o Gustavo, assim continuamos a estar juntos em campo», contou o internacional.

«A t-shirt foi ideia minha, pelo facto de ter a foto de nós os dois abraçados. Essa é a imagem dele, aquele abraço fraterno. A foto era uma coisa mais para mim, mas aconteceu tirar a camisola por estar com calor e as pessoas foram vendo e comentando. O nome dele na parte de trás da camisola não foi para ser tão íntima, era mesmo para que a história do Alfredo continue a ser contada. Muita gente imortalizou o Alfredo Quintana à sua maneira, esta é a minha!», resumiu, antes de fazê-lo na sessão fotográfica, reconhecendo que a



Fair-play é deixar para trás o que se passou no campo

A Capdeville não faltam amigos no desporto, mesmo quando estes se tornam adversários. Por isso, *fair-play* tem um significado bem definido na mente do homem que protege as redes encarnadas como as de Portugal. «Para mim, *fair-play* é eu fazer tudo para ganhar dentro de campo, ali não tenho amigos. Respeito-os, como guarda-redes sei que se tiverem de bater mais forte fazem-no, amizades à parte. Cada um faz o que tem de fazer pela equipa, no final voltamos a ser amigos, independentemente do que se passou dentro do campo. Isso fica para trás, vamos embora e continuamos a ser amigos», reflete o andebolista. «A idade e a experiência ajudam a que consigamos separar essas coisas e a atingir essa maturidade emocional. Sou guarda-redes, mas os jogadores de campo passam por situações levadas mais ao extremo e ao contacto físico e insultos. Por vezes, o contato é mais exagerado, a intensidade do jogo, a envolvimento da bancada, dos adeptos podem criar um ambiente propício a haver problemas. Temos que estar cientes de que é apenas um jogo e que, no fim dos 60 minutos, independentemente do que aconteça, temos ali amigos. E isso é o mais importante, com os meus amigos temos esse nível de entendimento. Uma vez ganho eu, outras eles, para mim isso é o *fair-play*», define o guarda-redes com 31 internacionalizações A.

E é precisamente por Portugal que eventuais divergências de campeonato são postas de lado. «Sou jogador da Seleção e conheço as grandes referências, quando jogamos uns contra os outros parece uma batalha campal, porque todos defendemos os respetivos clubes e queremos ser campeões. Às vezes sabemos que as envoltórias das rivalidades e a agressividade do jogo são normais num dérbi ou num clássico, mas há que esquecer o que aconteceu e dar os parabéns a quem vence. Já pedi desculpas por coisas que fiz e das quais não me orgulho, há que saber pedir desculpa e dar os parabéns. Todos erramos, o importante é reconhecê-lo. Se não for no final do jogo, que seja quando a cabeça estiver mais fria. O que importa é nunca deixar de fazer o pedido de desculpas», venceu, uma vez mais, chamando o amigo Quintana para a conversa.

«Toda a gente sabe que o Alfredo era uma pessoa muito impulsiva, reativa nos jogos, implacável. Depois, sempre o vi a cumprimentar toda a gente. Na Seleção, falávamos sobre isso. Sempre me disse que o ficavam eram as amizades. Os títulos ficam nos clubes, o dinheiro vai e vem e o que fica nas nossas vidas são os amigos», recordou como quem conta uma lição aprendida.

singeleza com que fala da perda faz parte de um processo no qual o Benfica foi imprescindível. «As pessoas têm de falar. O que aconteceu ao Alfredo é muito triste, mas é real. Não podemos fazer tabu das coisas, sempre falei abertamente sobre tudo e o Alfredo, na sua breve passagem por cá, acabou por demonstrar o porquê de o andebol ser diferente. Toda a gente sabe que o Alfredo era uma figura carismática do andebol, era mesmo o melhor guarda-redes que já vi, independentemente do Sérgio Morgado e todos os outros que vi jogar. Era o melhor e acredito que, nos próximos anos, não haverá nenhum como ele. O que aconteceu depois foi bonito, pois toda a gente se uniu, não houve rivalidades, todos os clubes se solidarizaram porque sabiam quem era o Alfredo Quintana. O Benfica sabia que fora uma situação que me deixou triste e transtornado. Pedi dias, pedi a camisola, pedi o nome dele, sempre disseram que sim, nunca se opuseram, sabiam o quanto o Alfredo era importante para mim e deixaram as rivalidades de parte. Terão pedido autorização ao FC Porto para isso, mas nunca se opuseram. Falei com a psicóloga do clube, tinha de aprender a gerir aquela perda», assumiu, cabisbaixo, como quem toca numa ferida. «Não caminho sozinho. Passado um ano e meio continuo sempre acompanhado. Quero levar a história do Alfredo, o nome dele onde for. Tinha muito

para dar, não pode fazê-lo fisicamente, sinto que o levo comigo, com o nome dele nas costas e a abraçar-me na foto impressa na t-shirt, fazemos o caminho a dois nas vitórias, nas derrotas, no bom e no mau, vou levá-lo sempre comigo. E tanto que ele me ensinou...»

«Quero ser imagem de marca do Benfica»

Sem esconder ter recebido propostas «para situações financeiras melhores», o guardião reconhece que a gratidão por tudo o que o Benfica lhe deu tudo, o manteve na Luz. Um pouco à semelhança do que Quintana fez pelo FC Porto, ao qual chegou como primeiro cubano. «Gostava de fazer um pouco à imagem do que o Alfredo fez no FC Porto. É uma imagem icónica no clube, toda a gente que segue andebol sabe quem é o Quintana. Gostaria de ser imagem icónica no Benfica, que toda a gente que fala no andebol soubesse quem sou. Quero conquistar títulos, principalmente o do Campeonato Nacional, que não é ganho há muito tempo. Quero ser uma imagem de marca no Benfica, contrariar essa superioridade que o FC Porto tem granjeado ao longo dos anos e foi um pouco de tudo isto que me fez ficar aqui. No futuro, não escondo que gostaria de sair para o estrangeiro, mas sou novo e por renovei quatro anos, tenho tempo para poder fazer muito pelo clube», admitiu. ○



Meu irmão Sergey!

Quando o Benfica conquistou o histórico título na Liga Europeia, Gustavo Capdeville estava lesionado e a baliza encarnada ficou nas mãos de Sergey Hernandez, internacional espanhol que, logo no momento após brilhante exibição, disse que o português era como irmão. O guardião luso aplicou com o hispano-russo a mesma máxima da amizade aprimorada com Quintana. «Dava-me muito bem com o Alfredo porque ele era muito brincalhão, tal como eu e o Sergey, por isso acabámos por criar laços. A amizade foi crescendo aos poucos, agora já conhecemos a família um do outro e ele é visita habitual da minha casa. Vai à Ericeira ter com os meus pais, preocupa-se muito comigo e vice-versa. Queremos a felicidade um do outro, jogarmos na mesma equipa e na mesma posição é bom, porque puxamos cada vez mais um pelo outro. Houve alturas da época em que eu jogava mais, ele ficava feliz por mim e trabalhava mais, noutras altura, fui a ter de crescer quando ele jogava mais. Fazemos questão de dizer muitas vezes 'Irmão gosto muito de ti, fico feliz por tudo o que alcançaste'. Envio-lhe mensagens a dizer que tenho saudades dele, a perguntar se a família dele está bem, até pela cadela pergunto e ele pelo meu cão. Exteriorizamos sentimentos, algo que as pessoas tendem a ter medo de fazer. Onde ele estiver feliz, eu também estarei e passa-se o mesmo do lado dele», asseverou sem pejo. «Entre mim e o Sergey não é cada um por si. Somos a mesma equipa, somos guarda-redes, a tal equipa à parte. Nunca houve individualismos, ele puxou-me para cima e cimentou esta amizade de irmãos. Passamos pelo bom e pelo mau. Está cá sozinho, é sempre bem-vindo à minha família», rematou.

Luís Castro

“Há três valores fundamentais: o respeito, a coragem e o compromisso”

Entrevista: Daniel Leal
Fotos: Vítor Silva/Botafogo



Antigo futebolista e treinador há cerca de 25 anos, Luís Castro tem como cartão de visita uma carreira eticamente intocável. Conhecido pelo comportamento tranquilo à beira do relvado, pela educação no tratamento com atletas, árbitros, comunicação social e adeptos, o profissional de 60 anos, atualmente treinador do Botafogo, no Brasil, falou sobre os fundamentos e os valores que carrega, entregando ao desporto ensinamentos que podem também ser levados para a vida quotidiana.

SportMagazine (SM) – Se a sociedade é violenta, o desporto reflete também violência. Se é preconceituosa, o desporto sublima esses problemas. No sentido inverso, também tem a força necessária para passar uma mensagem positiva para a sociedade. Como pode o desporto colaborar, a partir de bons exemplos, para tornar a sociedade melhor?

Luís Castro (LC) – Há fatores que temos que integrar. Há regras no desporto e essas regras não têm que ser influenciadas por ninguém, embora sejamos seres humanos inseridos nesta sociedade. Muitas vezes essas regras são únicas e não têm nada a ver com aquilo que é a sociedade. Ou aquilo que está neste momento mais ativo na sociedade, podendo estar num mundo muito agressivo, ou um país com uma sociedade muito agressiva. Há regras no desporto que defendem, de forma inteira, e não toleram qualquer agressividade. Isso é uma forma de dizer que, por vezes, a regra criada é uma forma de sustentar aquilo que é o contexto social. As razões da agressividade que leva a tensões sociais nos recintos desportivos talvez esteja em nós mesmos. Somos produtos desta sociedade. E como tal temos manifestações existentes naquilo que é o nosso percurso de vida. Se deixarmos que as modalidades do desporto sejam o retrato fiel daquilo que é a sociedade, e quando essa sociedade carece de valores fundamentais como respeito, Direito, cuidado, solidariedade, então o desporto também carece desses valores. Portanto, temos que criar regras para que, mesmo estando num contexto social parco em valores, o desporto possa ser exemplo na sociedade e não a sociedade um exemplo para o desporto.

SM – O filósofo português Manuel Sérgio considera que o mundo do desporto inspira uma reflexão sobre a transcendência. Afirmar que «não há desporto sem ética». Quais valores o Luís Castro considera essenciais para fazer com que um desportista seja um profissional íntegro?

LC – A ética no desporto. Há aqueles jogadores que chegam muito cedo às modalidades e que, desde cedo, lhes são ensinados os valores fundamentais do desporto e levam-no a algum avanço. Digo que é importante que os jogadores cheguem cedo à prática do desporto. E os valores do respeito pelo árbitro, pelo adversário, pelo resultado, a intenção de dar apoio a um colega que não está tão bem no jogo... a solidariedade de prestar atenção àqueles que estão mais necessitados e precisam de outras formas de ajuda, a ambição é um valor fundamental nos desportos individuais e coletivos, a coragem é outro dos valores importantes para superar momentos difíceis, o compromisso, por estarmos comprometidos com algo que achamos ser fundamental, o darmos tudo de nós em cada ação e momento do jogo. Portanto, há valores que são decisivos para o desempenho. E esses valores, quanto mais cedo forem aprendidos, mais cedo se tornam sólidos dentro de todos. O desporto tem essa ação. Todos sabemos que os pais cada vez menos têm tempo para os filhos. Vivemos numa sociedade mais virtual do que real. Vivemos no mundo da virtualidade e não da realidade. O desporto tem essa função também, de complementar a educação dos pais que, às vezes, não têm o tempo necessário para se dedicarem aos filhos.

“ Há três valores fundamentais: o respeito, a coragem e o compromisso. O respeito pelos colegas, pelo árbitro, pela massa associativa, pelos adeptos, pela administração e por todos aqueles que os veem não só nos estádios e espaços de treino, mas pelas televisões, rádios e jornais.

SM – Já trabalhou muitos anos na formação de atletas. Quais os valores que os treinadores precisam dar primazia nessa etapa da carreira de um atleta para que, no futuro, demonstre bons hábitos como profissional?

LC – Há três valores fundamentais: o respeito, a coragem e o compromisso. O respeito pelos colegas, pelo árbitro, pela massa associativa, pelos adeptos, pela administração e por todos aqueles que os veem não só nos estádios e espaços de treino, mas pelas televisões, rádios e jornais. O respeito por tudo e por todos. O compromisso, porque é o compromisso com o jogo, com a família, com os colegas, com a estratégia. Não existe meio comprometido, ou se está ou não. E depois há a coragem, que é estar a jogar para dez pessoas ou para 70 mil e



os milhões a ver pela televisão. Para nós, é colocarmos em campo aquilo que treinamos. A coragem de defrontar todo e qualquer adversário do mundo, seja onde for. Esses valores são decisivos e precisam ser explorados pelos treinadores na formação.

SM – Existe uma linha muito tênue entre as críticas construtivas da comunicação social e as críticas que faltam com respeito aos treinadores. Assim como há críticas dos treinadores aos árbitros ou mesmo à falta de estrutura dos clubes, como já aconteceu no Botafogo consigo. Neste sentido, qual a postura que julga ideal para saber lidar com as críticas e fazê-las com ética?

LC – Há uma coisa que as pessoas não podem confundir: as críticas respeitadas e as críticas que ferem e que não têm qualquer respeito por quem nós estamos criticando. Quem as faz, sabe disso. A crítica positiva é um elogio, enquanto a negativa pode ser uma forma de dizer que o trabalho não está a ser bem executado. Não tem problema algum. Todas as pessoas têm o direito e são livres para criticar pela forma positiva ou negativa, o que não têm é o direito de faltar ao respeito pela forma como fazem a crítica negativa. Para eu dizer a uma pessoa que fez uma crónica de que não gostei, não é preciso chamar-lhe burra. Posso pura e simplesmente dizer que 'não foi feliz'. Não posso dizer 'olha o que escreveu este burro', isso é ofensivo. É um pequeno exemplo daquilo que todos os dias se passa. Acho que se queremos ética, respeito, devemos respeitar e devemos ser éticos. Porque há pessoas que se sentem muito ofendidas só de lhes dizermos que não estamos de acordo. Imagine se formos ofensivos para dizer que não gostámos do que disseram ou escreveram. Portanto, temos que ser razoáveis, honestos intelectualmente para percebermos que simpatia gera simpatia, ódio gera ódio, agressividade gera agressividade, tolerância gera tolerância.

SM – Num episódio recente no Brasil, Jorge Jesus colocou-se à disposição para um cargo que, na altura, tinha 'dono' e era do Paulo Sousa, no Flamengo. O caso teve repercussão e gerou acusações de falta de ética por parte de Jesus. No futebol, ser bom treinador suplanta a ausência de certas atitudes consideradas anti-éticas ou não há espaço para condutas como esta no desporto?

RM – Claro que não vou falar do caso, porque não domino o assunto, nem tenho interesse em pesquisar o que aconteceu. Não me interessa. Acho que o Jesus e o Paulo têm suficiente experiência para os dois se entenderem. A única coisa que digo é que o respeito é fundamental. No desporto e nas relações humanas.

SM – Na sua coluna na última edição da SM, mencionou que não vendia ilusões aos adeptos. Até que ponto é possível ser sincero num meio tão conturbado como o futebol? Pode ser benéfico ou prejudicial para quem o faz?

LC – Eu sei que, ao longo da minha vida, sempre me disseram para ter cuidado com as palavras e para falar o mínimo ou não falar sobre determinados assuntos.

Não sou capaz de não expressar as minhas convicções. Quero sempre ser verdadeiro e nunca escondo aquilo que se passa em cada momento da minha vida e a cada momento vivido nos clubes. Portanto, volto a dizer o mesmo: não vendo ilusões, digo sempre aquilo que o meu coração manda, que a minha consciência, sem arrependimentos. Porque a única coisa que pode causar arrependimentos é não trabalharmos. Como eu trabalho, não me arrependo.

SM – Também mencionou na coluna da última edição da nossa revista que havia diferentes abordagens para diferentes temas e situações a depender da cultura onde está inserido, mas que o respeito da sua parte era transversal a todos os lugares. Para concluir: quais os principais desafios para um treinador que se propõe a trabalhar fora do seu país e como é possível superá-los?

LC – Nunca vamos mudar a cultura em que estamos inseridos. Culturalmente, os países demoram décadas e décadas para mudar. E isso é feito através da educação nas escolas, com investimentos muito fortes dos governos para alterar alguns comportamentos culturais. Portanto, não tenho minimamente essa pretensão, nunca tive. Acho que quem a tiver está errado, porque devemos respeitar a cultura do país quando lá chegamos. Mas não podemos perder a nossa identidade, respeitando essa cultura. A minha identidade é dizer o que se passa a cada momento, se me custar o lugar, não perco a identidade que me acompanha há anos. Portanto, é relativa a interferência da cultura na identidade daquilo que é o treinador. Temos de encontrar um equilíbrio entre a cultura do país e a nossa personalidade. ○



LUÍS MANUEL RIBEIRO DE CASTRO, 60 anos, é natural de Vila Real. O treinador UEFA PRO tem uma década de serviços prestados ao Futebol Clube do Porto e, atualmente, à frente da equipa do Botafogo, no Brasil. Acumula passagens vitoriosas no Shakhtar Donetsk (conquistou um campeonato ucraniano) e no Al Duhail (vitória na Taça do Emir do Qatar). Em Portugal, o treinador já passou por Águeda, Mealhada, Estarreja, Sanjoanense e Penafiel e ainda no FC Porto, onde chegou a orientar a equipa principal em 2013/14. Mais tarde comandou o Rio Ave, o Desportivo de Chaves e o Vitória de Guimarães.

João Mirra

“Esses valores, mais do que fora do campo, estão dentro do campo”

Entrevista: João Tinoco

Foto: CFosBelenenses



A ética no desporto é algo já há muito tempo discutido e preservado. Há valores a serem respeitados, independentemente da modalidade praticada. No entanto, pergunta-se: será que todas as modalidades detêm os mesmos valores? Os valores devem ser inculcados desde cedo? João Mirra, treinador de rugby do Belenenses, campeão nacional, conversou com a SportMagazine acerca da ética no desporto, tomando a sua modalidade como exemplo. O técnico português falou das diferenças e semelhanças entre os valores do rugby com os mais variados desportos, apresentando ainda uma solução para que se torne mais abrangente na sociedade e no País.

SportMagazine (SM) – Tendo em conta que vivemos numa sociedade com muito preconceito e violência, sente que o desporto acaba por ser o espelho dessa sociedade ou acha que o desporto, tomando o rugby como exemplo, tem muito a ensinar à sociedade?

João Mirra (JM) – Acho que o desporto, qualquer que seja, é o espelho da sociedade, mas ao mesmo tempo também tem muito para ensinar, se as pessoas que estiverem à frente das modalidades souberem usar as ferramentas certas. Aqui até me virava um bocadinho mais para os desportos coletivos, que é onde estou mais à vontade. Não é que os desportos individuais não tenham essas valências. E sim, são o espelho da sociedade, mas podem ser uma ferramenta muito forte para combater isso, porque o próprio desporto, principalmente o desporto de alto rendimento, não tem, não há direito a diferenças a partir do momento em que começa o trabalho. Seja no treino, seja no jogo, essas diferenças por mais estúpidas que sejam e existam à volta da sociedade, dentro do processo desportivo são postas de lado.

SM – Enquanto treinador lida com atletas constantemente. Que valores tenta transmitir aos seus atletas para fortalecer esta ética desportiva?

JM – Tive a sorte de começar a trabalhar nos escalões de formação, seja em clube, seja em Seleção. Acho que isso foi uma vantagem para mim, porque aí podemos estar um pouco menos focados no resultado ao fim de semana e um pouco mais focados na formação desportiva do atleta enquanto pessoa, mesmo sendo um desporto coletivo. O que é que nós fazemos ou tentamos fazer? É usar os valores que nós tanto falamos, neste caso do rugby especificamente. Esses valores, mais do que fora do campo, estão dentro do campo. Lá está, estou a falar do rugby, não quer dizer que os outros desportos coletivos não têm. O andebol a mesma coisa, o basquetebol a mesma coisa, como variadas modalidades. Mas o rugby, especificamente, tem algumas características que potenciam essa passagem de valores. É um desporto, lá está, de combate, como outros, é um desporto coletivo. E se tanto os treinadores, os jogadores, os árbitros não forem fiéis a esses valores, de repente um jogo que é para ser muito disciplinado transforma-se em alguma coisa totalmente diferente. Esta própria modalidade requer em nós muita disciplina e muito rigor no seguimento desses próprios valores para manter essa disciplina, porque rapidamente se transforma noutra coisa que não queremos. Se formos fiéis a isso, dentro do campo está lá tudo. Já cometemos dois erros: que é acharmos que só o rugby é que tem essas características. Não é, há muitas outras modalidades que têm coisas muito boas para ensinar aos atletas e para formá-los enquanto pessoas. Depois achar que basta só dizer que estão lá os valores, que existem. Não, temos de ser fiéis à modalidade. Principalmente em escalões de formação, temos de ser nós, adultos, a guiar os atletas a seguirem esses valores no dia a dia. É um processo. Naturalmente, o desporto vai incutir os valores e sem esses valores eles não vão conseguir jogar esta modalidade.

“ E se tanto os treinadores, os jogadores, os árbitros não forem fiéis a esses valores, de repente um jogo que é para ser muito disciplinado transforma-se em alguma coisa totalmente diferente.

SM – Sente então que esses valores têm que ser passados desde muito cedo?

JM – Claramente, não é quando tiverem 18 ou 19 anos que vão moldar-se enquanto atletas, até porque a própria modalidade, como outras, faz essa filtragem, não é? Sendo um desporto coletivo, se eles não forem disciplinados, se não jogarem coletivamente, se não forem corajosos, esses valores estão implícitos no dia a dia da modalidade, é uma filtragem normal. Não é o próprio treinador que vai dizer ‘este não tem valores não joga’, eles próprios se não foram fiéis e não seguirem isso vão começando a ficar para trás e até a maior parte deles não se sente enquadrada e sai.

SM – Assumi que muitas modalidades têm os valores do rugby e o erro que a modalidade cometeu ao considerar-se diferente das demais. Apesar disso, cre que tem o rugby é diferente das outras modalidades?

JM – Penso que sim. Tem uma característica boa, pode ter o lado bom ou mau, mas neste caso, ainda é, infelizmente, um nicho. Está muito inserido num contexto familiar. Mesmo em equipas nas quais têm que lutar fisicamente uns contra os outros, ao fim de semana, muitas vezes estão a fazê-lo contra irmãos, primos. Há outra coisa que não é a rivalidade desportiva, isso acaba a partir do momento que se ouve o apito. Também tem o lado mau e, a meu ver, um travão no crescimento da modalidade. Precisamente esse aspeto de estar inserido num meio familiar mina o crescimento da modalidade no sentido que queremos que ela cresça. Nesse aspeto acho que sim, pode ter outras diferenças em relação às demais. Mesmo o hábito de haver um lanche ou um jantar entre as equipas a seguir aos jogos, penso que é algo que se deve manter.

SM – Acredita que os valores do rugby devem ser levados a cabo noutros desportos?

JM – Sim, acho que como tudo na vida, nós podemos ser um exemplo para as coisas boas e para as coisas más. Acho que o rugby, neste momento, em Portugal, passa um momento decisivo, que é: está a crescer, cada vez mais se está a querer profissionalizar. Agora, muita gente fala mal do futebol, mas é um facto que na Europa é o desporto número um. Acho que temos de ter a capacidade de continuar a crescer para o

semiprofissionalismo e o profissionalismo dos atletas, mas sem perder estas características que, não sendo únicas, são muito específicas do rugby. Porque sempre que começa a entrar dinheiro, aumenta a competição, a competitividade e facilmente estes valores são postos de parte. É um desafio para as pessoas à volta da modalidade, não tanto os atletas, porque acho que acabam por seguir o ambiente à sua volta. Temos de ter a capacidade de continuar esse crescimento, não podemos continuar a ser um desporto de bairro, não é isso que queremos. Queremos crescer a nível internacional, com as seleções, com os Lusitanos, que é quase uma Seleção B, e ao mesmo tempo não perder essas modalidades. Também queremos que os pais quando vêm deixar os filhos, e tiverem que escolher, olhem para a nossa modalidade e percebam que, se calhar, tem um por cento de probabilidade de ser jogador profissional, não é isso que o vai sustentar, mas sei que esta modalidade lhe pode dar formação enquanto homem ou enquanto mulher. Se perdemos isso e nos banalizarmos podemos não conseguir competir com outras modalidades. É um grande desafio, estamos numa fase muito importante, principalmente no rugby nacional, para fazer um crescimento sustentado sem perder esta identidade, estas características.

SM – Como treinador, qual a sua motivação para educar os seus atletas, ou seja, passar estes valores?

JM – Eu não me sinto capacitado para os educar individualmente. Acho é que tenho alguma capacidade para usar ferramentas específicas do rugby. Se tiver a capacidade de ser fiel a essas características da modalidade, consigo dar o exemplo para os atletas beberem dessa formação desportiva. Porque lá está, tenho de ser justo, tenho de ser coerente comigo mesmo, rigoroso, resiliente, tenho de respeitar o adversário, seja ele bom, seja mau, quer eu ganhe, quer eu perca.

SM – Com estes valores que disse que o rugby tem, pergunto o que é que falta a esta modalidade para sair desse nicho?

JM – Não sei se sou a melhor pessoa para responder a isto, mas do que sei acho que se têm feito coisas muito boas nestes últimos anos. Tentar ir para bairros socialmente mais desfavorecidos, porque óbvio que o melhor atleta pode vir de um estrato social e económico alto. Mas também é certo que se tivermos que escolher entre o atleta que está na rua a jogar futebol ou a jogar à apanhada a correr, com oito anos, ou o atleta que está em casa a jogar Playstation, provavelmente o atleta que está a correr vai dar garantias de ser melhor atleta no futuro. Não quer dizer que seja. Rapidamente temos de ir buscar estes jogadores que, aos 18 anos e com 1,90 m, podem escolher o basquetebol ou o andebol. Têm de perceber que aqui têm uma modalidade que lhes vai acrescentar algo. Porque se nós continuamos em Lisboa, Porto, Coimbra, vamos espremer estes atletas, mas o salto vai ser muito pequenino. Temos que ir para as escolas, ir buscar *número*. A qualidade vem da quantidade e da diferença. É o que defendo. Temos de sair das grandes cidades para ver atletas com outros desenvolvimentos tanto sociais, culturais, físicos,



JOÃO MIRRA, 41 anos, é treinador de rugby do CF Os Belenenses. Em 2015, foi distinguido como treinador do ano pela Federação Portuguesa de Rugby, após uma caminhada histórica na Seleção Nacional de Sevens Feminino. Enquanto jogador passou toda a sua carreira no emblema do Restelo. Como treinador passou pelos sub-16 do clube, pela Seleção feminina de sevens, Seleção masculina sub-18, sevens sub-18 e sub-20 (como adjunto), orientou os seniores do Belenenses, da Seleção sénior masculina como adjunto e os Lusitanos.

“ A qualidade vem da quantidade e da diferença. É o que defendo. Temos de sair das grandes cidades para ver atletas com outros desenvolvimentos tanto sociais, culturais, físicos, para mais tarde ter um número alargado de jogadores heterogéneo e fazer subir a qualidade. Temos tantas pessoas a ver futebol, porque toda a gente joga futebol em Portugal.

para mais tarde ter um número alargado de jogadores heterogéneo para subir a qualidade. Temos tantas pessoas a ver futebol, porque toda a gente joga futebol em Portugal. Seja nas pracetas ou na escola. Mesmo que a maior parte não siga a carreira profissional de futebol, aprendeu e gostou. E nós só vamos conseguir crescer se a maior parte das pessoas que vão seguindo a modalidade, foram atletas ou têm de alguma forma contacto com a modalidade. São essas pessoas que vão aos estádios, são essas pessoas que no futuro vão ver o rugby na televisão, são essas pessoas que vão comprar os produtos de rugby, seguir nas redes sociais os clubes e os jogadores. ○

Jorge Dias

“Aqui tudo o que faço tem importância e influência na vida das crianças”

Entrevista: Marina Faria

Fotos: DR



É cliché dizer que há vidas que davam um filme. A de Jorge Dias materializa esse chavão com a mesma intensidade que dá veracidade ao feliz *The End*. Foi tenista, treinador, mas na arbitragem levou Portugal mais alto do que a cadeira em que se sentou no *court* central de Wimbledon a 9 de julho de 2001 para mediar a final masculina na cathedral da relva. Tornou-se aí no primeiro não britânico a fazê-lo. Ao fim de quase duas décadas deixou essa alta-roda, emigrou para a Bélgica, foi operário fabril no Luxemburgo. Deixou o ténis, mas foi nele que se reencontrou na direção técnica da Academia dos Champs, projeto de integração social para crianças e jovens dos cinco aos 18 anos que pretende inculcar os benefícios do desporto como filosofia de vida.

SportMagazine (SM) – Vivia na Bélgica. Como surgiu esta colaboração com a Academia dos Champs que o fez voltar para Portugal?

Jorge Dias (JD) – Na verdade, eu residia na Bélgica, mas não estava bem na vida profissional e mentalmente estava debilitado. Aliás, a 1 de maio de 2019, vim para Portugal para me despedir do meu pai que falecera, após longa batalha contra o cancro. Éramos muito próximos, conversávamos muito e já falara com ele sobre a necessidade de mudar a minha vida, para estar mais confortável e mais feliz. Disse à minha mulher Fabiana, que ia ficar cá uma temporada. Comecei a aparecer nos torneios de ténis. Estava ainda a tratar de burocracias das certidões de óbito, quando recebi um telefonema do Pedro Carvalho [diretor geral], a falar-me do projeto da Academia dos Champs. Disse-me que precisava de alguém com as minhas características para trabalhar com eles e que queria marcar uma reunião comigo e com o António Champalimaud [fundador do projeto]. Marcámos uma reunião no CIF, no Restelo. Preparei-me, fiz as minhas pesquisas sobre a academia e as pessoas com quem ia encontrar-me e lá fui.

SM – E como correu essa reunião? Como se sentia com a perspetiva de poder voltar ao ténis?

JD – Apareceu o Pedro Carvalho e o António Champalimaud. Dado o sobrenome, não estava à espera de encontrar pessoas de t-shirt e calças de ganga, ambos

muito descontraídos. Era mesmo isso que estava a precisar. Fizeram-me uma proposta. Procuravam um coordenador técnico para coordenar os treinadores e os diferentes núcleos da academia. Nessa altura, eu já não estava na fábrica do Luxemburgo, que entrara em falência, mas estava a trabalhar na Bélgica. Estava muito em baixo, não tenho vergonha de dizer que estava com depressão. Não estava no trabalho que gostava, estava longe do meu país, o meu pai falecera há pouco, a minha mãe estava hospitalizada, os meus dois filhos mais velhos longe. Perante este cenário e o que me propuseram, aceitei. Acordei com eles que começaria em setembro, pois tinha de mudar de vida, basicamente da Bélgica para Portugal e o meu filho mais novo ainda estava na escola. E assim foi.

SM – Em termos práticos qual é o seu trabalho na Academia dos Champs?

JD – Tenho de coordenar os treinadores e as aulas de ténis de acordo com os calendários, gerir os grupos, falar com treinadores, tentar de alguma maneira uniformizar os diferentes núcleos e os diferentes treinadores, porque nós temos oito núcleos espalhados por Portugal e todos eles são diferentes. E claro lidar com as crianças e com os nossos parceiros sociais. Sou o elo de ligação entre instituições e as crianças. O meu trabalho passa muito por andar de um lado para o outro para uniformizar e equilibrar a forma como se trabalha diretamente com

A magia na catedral do ténis

A final de 2001 de Wimbledon tem tudo para ser memorável. E não só para Jorge Dias. Pela emocionante vitória de Goran Ivanisevic, croata foi o primeiro *wild card* a conquistar o título, depois de três finais perdidas, pelo facto de ter sido ‘empurrada’ para uma segunda-feira porque o clima inclemente da capital britânica assim impôs e, claro, por ter tido um português sentado na cadeira do árbitro. Tal como o campeão, também Jorge Dias era ali reconhecido por anos de bons serviços na arbitragem. «Wimbledon foi o ponto alto, teve mais impacto no ténis português e, em mim, por ser premiado ao fim de tantos anos», reconhece o antigo árbitro que, nesse ano, esteve na calha para a final de Roland Garros, o Grand Slam da terra batida. «O francês Sebastien Grosjean chegou às meias-finais, havendo possibilidade de um francês ir à final, pelas regras evita-se um árbitro da mesma nacionalidade dos jogadores, mais ainda numa final com o impacto desta, pois há ‘séculos’ que um tenista da casa não jogava a final. Estive em ‘stand by’ de quarta a sexta em Paris. Não foi fácil, porque assisti a reuniões em que se defendia a hipótese de um árbitro francês, senti mesmo que não era bem-vindo. Mas o Grosjean perdeu e deixou de haver o conflito de interesses. Foi um momento frustrante. Estive tão perto e fiquei longe», recordou, agora grato por ele, pois assim, um mês depois, estava a fazer a final do torneio que estudava desde miúdo. «Sempre gostei de história e Wimbledon tem a tradição que hoje, mesmo mais modernizado, mantém. Lembro-me da cadeira do árbitro ser de madeira, as dos jogadores que conservam o design. Tem a tradição e o protocolo. Nos outros Grand Slam, a lista dos árbitros escolhidos para as meias-finais era afixada na sala. Em Wimbledon, não. Chamam todos os árbitros que nomeados para todas as meias-finais, dos singulares masculinos aos femininos, pares e mistos e dão uma carta fechada com lacre aos árbitros. Já tinha feito meias-finais e finais de pares, mas deixei os outros abrirem primeiro as cartas. De repente tinha os outros a olhar para mim. Quando a li nem acreditei. Temos a honra de informá-lo..., li numa letra que brilha num papel que não é vulgar. Depois daí vem todo o protocolo», contou, saudoso. «Mandaram-me para a casa que a ITF alugava para os árbitros e para me fechar lá, por causa dos tablóides ingleses. Disseram que tinha de comprar um smoking para o jantar de gala, falaram-se do cumprimento ao duque de Kent. Mas do que me orgulho mais, foi a aceitação do All England Tennis Club e dos meus colegas, com os juizes de linha, todos ficaram contentes por mim. Foi lá que me estreei como juiz de linha internacionalmente, por isso esse torneio tem muito valor», confessou, «mais orgulhoso pelo privilégio» depois da aceitação geral desde que o chefe de árbitros deu o primeiro parecer, seguido dos do juiz-árbitro, do supervisor da ITF e dos membros do All England Club. «No início da segunda semana, arbitrei um encontro num miserável contexto, daqueles em que as pessoas estão sempre a passar, mas é à frente do balcão onde fica a esplanada do clube. Estranhei porque como árbitro de topo geralmente só era nomeado para o central e outros courts principais. Afinal, estava a ser avaliado pelos ‘members’. Passei com distinção sem saber. Faz parte das mensagens que transmito aos miúdos da academia», venceu.



as crianças. Só estou desde 2019, e até agora apanhei dois confinamentos, não é assim tanto tempo. Ainda não consigo ver o impacto que tenho na vida das crianças.

SM – Falou na pandemia. O trabalho da Academia dos Champs também se ressentiu com isso?

JD – Trabalhamos com perto de 300 miúdos e, sim, tivemos uma quebra por causa da pandemia. Não por causa dos miúdos, mas porque a inscrição é através dos

parceiros sociais e houve muitas instituições que passaram dificuldades e que tiveram que fechar, o que é muito triste.

SM – Já o vi em ação com alguns destes jovens em torneios. Imagino que seja muito gratificante...

JD – Tenho muito contacto com eles, até porque ando nos núcleos. Muitas vezes aparecem nos torneios para fazer de apanha-bolas, e temos os nossos torneios internos. Tento sempre ajudá-los para ver como reagem fora da bolha deles. O que é gratificante é ver a sinceridade deles, a gratidão pelo que fazemos por eles. Têm essa noção. Sinto-o através do carinho que me dão quando chego a um núcleo. Os mais pequeninos, que são mais espontâneos, abraçam-me, agarram-se às minhas pernas. É isso que nos leva a continuar o nosso caminho. Porque nem tudo é mar de rosas. Temos miúdos que desistem, que mudam de residência. Um dos objetivos que tenho na academia é aproximar-me mais dos pais, porque isto não é uma academia normal, onde conhecemos todos os pais. Ao fim de três anos, sinto estar a fazer alguma diferença na vida das crianças.

SM – A frustração também faz parte do dia a dia?

JD – Nada aqui é garantido, nem fácil porque nos apegamos às crianças. Não são alunos de ténis comuns, porque na academia temos a preocupação que estudem, ajudamos se tiverem más notas, damos explicações, estamos atentos à saúde deles. São miúdos carentes e não é fácil lidar com a separação de algumas dessas crianças por motivos que nos são alheios. Às vezes também temos de admitir que esforço não foi suficiente, não fazemos milagres.

Cartão branco a Rafter, vermelho a Tarango

Desafiado a apresentar um cartão branco e um vermelho aos tenistas do seu tempo, Jorge Dias tem respostas prontas: «Desqualifiquei um jogador terrível que era o norte-americano Jeff Tarango, ficou conhecido por ter insultado um árbitro em Wimbledon e por ter desistido do torneio. Aliás, lembro-me perfeitamente de, no Brasil, tê-lo desqualificado numa partida contra o Ivan Kley, que é o pai do cantor Vítor Kley e foi dos melhores jogadores no Brasil. Era um jovem, mas o comportamento impróprio não mudou. O cartão vermelho iria para ele. O branco, sem dúvida, que o mostraria a Patrick Rafter [ex-nº 1 mundial]. Sempre foi um cavalheiro, educado, uma pessoa com fair-play incrível. Aliás, a imagem de tenho dele na final de Wimbledon de 2001 é mesmo essa. Tal como o Ivanisevic também ele perdera ali finais, mas naquele momento em que o Goran chorava, o Rafter deixou a frustração de lado e foi lá abraçá-lo, acarinhá-lo pelo feito. Só uma pessoa com grande coração tem a grandeza de, naquele momento, pensar no outro e não nele», rematou.

SM – Depois de tudo o que me contou, o que é a Academia dos Champs para si?

JD – É continuidade da minha carreira, porque sempre estive ligado ao ténis. Sinto-me realizado. Gostaria de ter sido um pouco mais em tudo o que fiz, aprendi muito como treinador, como árbitro, mas aqui é uma missão que sempre quis ter. A minha carreira esteve no alto, depois houve uma altura em que trabalhei na construção, fui operário fabril e não tenho vergonha disso. Ajuda-me a lidar com estas crianças e com as pessoas ligadas à academia. Estes dez anos saíram-me muito do corpo, mas foram uma lição de vida, dou mais valor ao que tenho no momento, às pequenas coisas da vida. Fui bom tenista, treinador, durante a carreira na arbitragem viajei pelo mundo, tive o privilégio de conhecer culturas e religiões diferentes, o meio de transporte era o avião em business class. Dormia nos melhores hotéis e comia nos melhores restaurantes, estava com pessoas importantes. Há o perigo de nos tornarmos arrogantes, mas as coisas da vida não têm estatuto social. E nunca perdi essa noção. Agora mais ainda.

SM – É mais difícil arbitrar uma partida de ténis e lidar, por vezes, com os tenistas ou com os jovens da Academia dos Champs?

JD – Muitas vezes perguntam-me como é trabalhar com estes meninos. Respondo que antes lidava com miúdos mimados, que não davam valor àquilo que tinham. Falo dos tenistas profissionais. Aqui tudo o que faço tem importância e influencia a vida das crianças. O ténis é uma ferramenta para nos aproximarmos delas, mas se houver algum com capacidades técnicas para ser um bom jogador tem o nosso apoio. Para a maior parte, é um meio para tentar transmitir valores e ajudar essas crianças nas duas ou três vezes por semana que vão ao núcleo. A base da academia é, através do ténis, ensinar e transmitir valores a crianças que vêm de famílias desestabilizadas. São valores do desporto, como disciplina, rigor, pontualidade, aceitar autoridade, compromisso, amizade, fair-play. São valores, no fundo, valores do desporto.

SM – Sei que em tempos teve um projeto semelhante. Quer falar um pouco sobre isso?

JD – Quando deixei de arbitrar, tentei fazer uma escola de ténis: a Escola de Ténis Jorge Dias, na Marinha Grande. E nessa altura, a minha ideia já passava ‘tirar aos ricos para dar aos pobres’, fazer do ténis um desporto mais abrangente e menos elitista. Trabalhei com uma associação com miúdos de um bairro que havia ao lado do campo de ténis e dei-lhes aulas. Só que era eu sozinho e o trabalho político, de contactos não tem a ver comigo. Sou direto, digo o que penso e não convém nessa área.

SM – Fez parte da elite da arbitragem. Que características lhe granjearam esse estatuto?

JD – Uma das minhas vantagens como árbitro, tal como a que sinto ter agora com os miúdos, é conhecer a realidade das várias áreas da modalidade. Como tenista também tive as minhas discussões com os árbitros, parti umas raquetas, nunca fui mal-educado mas fiz birras [risos]. Como árbitro, o trabalho foi contínuo, aprendi

com os erros, evoluí. É muito mais fácil ser árbitro do que lidar com crianças a este nível, porque enquanto árbitro tenho sou o xerife. Há o código de conduta que se o jogador não cumprir incorre em penalização. São profissionais e nós temos mais ferramentas do nosso lado. Sobretudo deve prevalecer o bom senso, o objetivo do árbitro é que ninguém se lembre dele no final da partida. Tenho experiências muito agradáveis e, se hoje em dia as pessoas me respeitam, creio ser por essa faceta.

SM – Que características deve ter um bom árbitro de cadeira?

JD – Era conhecido por ser o árbitro que tratava os jogadores de uma forma muito natural e ser um bom comunicador. Tinha essa perceção pela experiência como jogador. Na mudança de campo, que é quando estamos mais próximos dos tenistas, aproveitava para acalmá-lo, quando percebia que estava prestes a explodir. Não é preciso ser génio ou intelectual para ser árbitro de ténis, tem de ter bom poder de comunicação verbal e visual. ○



JORGE DIAS. Ténis é, sem exagero, a palavra que melhor define a vida de Jorge Dias. A dias de completar 60 anos a 24 de novembro, jogou ténis pela primeira vez aos sete, integrou as Seleções Nacionais de sub-16 e sub-18, foi campeão nacional de pares júnior em duas ocasiões, com Sotero Rebelo por parceiro e representou Portugal na Taça Valério. Era nas antigas instalações do CIF, no Campo Grande, que aprimorava a paixão pelas raquetas incentivada pelo pai, José Filipe Dias, ali treinador. Aos 18, foi por essa vertente que enveredou, e passou ensinamentos em Lisboa, Cascais, Algarve, Santarém, Torres Novas e Marinha Grande. Foi, todavia, como árbitro que granjeou respeito no mundo do ténis, tendo sido um dos mais conceituados na profissão. Mediou mais de dois mil encontros, finais de Grand Slam, Taça Davis, Fed Cup, Jogos Olímpicos e dos circuitos ATP e WTA. Foi supervisor, juiz árbitro. Cordial, de sorriso pronto, na Academia dos Champs voltou às origens. O mesmo será dizer que põe em prática o ensino no ténis que sempre quis fazer, dando assim um novo sentido à vida destas crianças através da modalidade que lhe trouxe sempre luz, mesmo nos momentos de sombra. Até porque, como defende, «o ténis é para todos»..

Didática da ética desportiva: desenvolvimento de valores através da *praxis* desportiva

Bruno Avelar Rosa

Professor Auxiliar convidado na Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade de Coimbra



BRUNO AVELAR ROSA

Partner na Qantara Sports e professor auxiliar convidado na Universidade de Coimbra, Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade de Coimbra.

O potencial do desporto enquanto ferramenta para o desenvolvimento de valores promotores de ética e cidadania, além de espaço com valores particulares que lhe são próprios, é hoje uma evidência científica e também um lugar-comum entre as mais diversas organizações desportivas às mais diferentes escalas. Organizações como a UNODC (Organização das Nações Unidas focada na prevenção do uso de drogas e da criminalidade) ou a UNCC (Organização das Nações Unidas focada na luta contra as mudanças climáticas), além da mais recorrente UNESCO (Organização das Nações Unidas focada na educação, ciência e cultura), desenvolvem programas próprios através dos quais suportam, recorrem ou promovem os valores do e no desporto.

“ [...] o reconhecimento do desporto como ambiente com potencial para a promoção de valores não é suficiente para que estes, efetivamente, se desenvolvam. A sua promoção dependerá sim, em primeira instância da ação intencional dos agentes desportivos que mais perto se encontram da *praxis* desportiva e dos atletas propriamente ditos e que são, inequivocamente, os treinadores.

No contexto desporto específico, também organizações como o Comité Olímpico Internacional, a TAFISA-Associação Internacional de Desporto para Todos ou o Comité Internacional para o Fair-Play, têm reforçado a explicitação dos valores que sustentam a atividade desportiva nas suas mais diferentes tipologias.

Em Portugal, ganha destaque o Plano Nacional de Ética no Desporto, desenvolvido pelo Instituto Português do Desporto e Juventude, que tem desenvolvido com grande periodicidade atividade e recursos diversos com vista ao reforço dos valores do e no desporto. Porém, o reconhecimento do desporto como ambiente com potencial para a promoção de valores não é suficiente para que estes, efetivamente, se desenvolvam. A sua promoção dependerá sim, em primeira instância da ação intencional dos agentes desportivos que mais perto se encontram da *praxis* desportiva e dos atletas propriamente ditos e que são, inequivocamente, os treinadores.

É, assim, necessário que os treinadores reconheçam a ética desportiva e os valores que a constituem como um conteúdo e objeto de treino tão importantes e exigentes de conhecimento e metodologia como qualquer outro de ordem física, técnica ou tática. Com efeito, é a instrumentalização didática dos valores do e no desporto por parte dos treinadores, ao torná-los parte integrante do processo de treino desportivo, que permitirá ultrapassar a retórica que lhes está associada.

Para que a operacionalização dos valores em contexto de treino e competição possa suceder com a devida intencionalidade, consideramos essencial o desenvolvimento complementar das seguintes ações didáticas por parte dos treinadores:

1. Incidir o foco em valores instrumentais

Segundo Rokeach (1979)¹, os valores podem ser divididos nas suas tipologias instrumentais e terminais. Os valores terminais consistem em alvos ou metas a alcançar pelo indivíduo, enquanto os valores instrumentais consistem nos comportamentos desenvolvidos e levados a cabo que os anteriores sejam alcançados.

Dadas as características da prática desportiva, consideram-se os valores instrumentais como aqueles que melhor podem ser exercitados no próprio treino desportivo. Neste sentido, valores como a autonomia, cooperação, liderança, disciplina, compromisso ou resiliência podem ser integrados enquanto componentes das diferentes tarefas implementadas ao longo do processo de treino desportivo.



Imagem original de Pixabay (210881) (retirada de Pexels)

Desafio: pode o treinador desenhar uma tarefa desportiva específica da sua modalidade em que o critério de êxito seja um valor instrumental?

2. Instrumentalizar os valores no âmbito dos fatores psicológico e social do treino desportivo

Embora reconhecida a sua importância, a dimensão psicossocial do treino e suas respetivas condicionantes afetivo-emocionais e socioculturais não têm recebido da parte dos treinadores a mesma atenção que os fatores físico, técnico ou tático no que à sua instrumentalização

“ Embora reconhecida a sua importância, a dimensão psicossocial do treino e suas respetivas condicionantes afetivo-emocionais e socioculturais não têm recebido da parte dos treinadores a mesma atenção que os fatores físico, técnico ou tático[...]

na prática do treino diz respeito, embora também estas sejam passíveis de instrumentalização internamente ao processo de treino desportivo.

Contudo, tal não implica a criação de novas tarefas focadas nesses objetivos de ordem psicossocial (criando novas tarefas e isolando-as das restantes tarefas de treino), mas sim a integração destes fatores enquanto componente crítica ou critério de êxito das tarefas que regularmente são implementadas.

Tarefa:	Objetivo:
Fator social (condicionantes socioculturais)	A preencher pelo treinador
Fator psicológico (condicionantes afetivo-emocionais)	A preencher pelo treinador
Fator tático (condicionantes bioinformacionais)	A preencher pelo treinador
Fator técnico (condicionantes biomecânicas)	A preencher pelo treinador
Fator físico (condicionantes biofisiológicas)	A preencher pelo treinador

Desafio: pode o treinador desenhar uma tarefa onde estejam presentes objetivos associados aos diferentes fatores de treino, incluindo os fatores psicológico e social, para uma mesma tarefa desportiva?

Desta forma, o desenvolvimento de valores já mencionados como a autonomia, cooperação, liderança, disciplina, compromisso ou resiliência podem assim ser integrados no planeamento, prescrição e avaliação da tarefa enquanto como objetivos associados ao fator psicológico ou social do treino desportivo, sem que tal faça descurar qualquer outro fator de desenvolvimento constante do processo.

¹ Rokeach, M. (1979). *Understanding Human Values: Individual and Societal*. Nova York: Free Press

		Etapas de desenvolvimento do atleta tendo por referência a sua idade cronológica (exemplo não vinculativo)										
		-6	6-8	8-10	10-12	12-14	14-16	16-18	18-21	21-40	40-65	+65
Autonomia												
Cooperação												
Liderança												
Disciplina												
Compromisso												
Resiliência												

3. Associar os valores visados a cada etapa de desenvolvimento

Os valores não são imutáveis e, como tal, manifestam-se de diferentes maneiras nos diversos momentos do desenvolvimento desportivo. Como tal, importa que o modelo de treino adotado seja esclarecedor dos valores que se pretende desenvolver e, sobretudo, da sua adequabilidade à etapa em questão. A definição de indicadores de manifestação para cada um dos valores considerados essenciais no processo de treino em questão e em função de cada etapa de desenvolvimento também permite ao treinador monitorizar o seu desenvolvimento nos atletas ao longo das diferentes etapas.

Desafio: Pode o treinador definir os comportamentos e indicadores para cada um dos valores mencionados de acordo com a etapa de desenvolvimento em questão e ao longo do desenvolvimento destas?

Esta abordagem, metodologicamente vinculada ao modelo canadiano de desenvolvimento de atletas de longo prazo, encontra paralelo na proposta da também canadiana True Sport que se foca no desenvolvimento de sete princípios de ética desportiva que evoluem ao longo das etapas de desenvolvimento dos atletas.

“ A ética no desporto e os valores que a constituem não são um conteúdo de cariz retórico que se encontra longe da prática desportiva real. Pelo contrário. As características particulares da prática desportiva potenciam o desenvolvimento desses mesmos valores na sua própria praxis.

Notas finais

A ética no desporto e os valores que a constituem não são um conteúdo de cariz retórico que se encontra longe da prática desportiva real. Pelo contrário. As características particulares da prática desportiva potenciam o desenvolvimento desses mesmos valores na sua própria praxis. Contudo, estes não se manifestam por geração espontânea, sendo por isso necessária uma ação intencional por parte do treinador para que os mesmos, sendo parte integrante e concreta do processo de treino desportivo, possam contribuir para o desenvolvimento desportivo integral dos atletas - e por integral entende-se a consideração do atleta como cidadão pleno.

Com este texto, procurou-se apresentar algumas propostas que visam a inclusão dos valores como instrumento de treino desportivo, permitindo assim aproximar o discurso comum relativo à importância dos valores à sua didática na prática propriamente dita. Não sendo exaustiva nem intensiva, espera-se que possa, pelo menos, estimular a curiosidade dos treinadores acerca da possibilidade de inclusão da ética desportiva enquanto elemento próprio, e não alheio, do processo de treino desportivo.



Integridade no desporto

Mais alto, mais longe, mais forte e (finalmente) para levar a sério!

João Paulo Almeida

Diretor-geral do Comité Olímpico de Portugal

A globalização e crescente media-tização do fenómeno desportivo têm tornado os grandes eventos desportivos - com os Jogos Olímpicos à cabeça - palcos privilegiados para expor diante de audiências de milhões de pessoas momentos de excelência que marcam o nosso imaginário, mas também tragédias e escândalos que assolam inapelavelmente a reputação e os valores éticos do desporto, expondo vulnerabilidades na salvaguarda da integridade das organizações que o governam, das competições que organizam, e bem assim dos atletas e demais agentes desportivos.



À medida que a sua reputação e credibilidade é posta em causa, nomeadamente pela enorme exposição e escrutínio público em grandes eventos, ressaltam duas tendências a ter em conta no combate pela integridade do desporto. A primeira, refere-se à multiplicidade de comportamentos que afetam a verdade desportiva e os princípios e valores fundamentais do desporto, pois longe vão os tempos em que a dopagem, a violência e a corrupção resumiam as frentes de batalha da integridade. A manipulação de competições desportivas, o bullying, o assédio e abuso sexual, o abuso psicológico e sobretreino, os direitos das comunidades LGBTIQ+, a exploração de menores ou os direitos humanos são, como se constata dos casos recentes trazidos à luz da ribalta olímpica por Simon Biles, Kamila Valieva, Naomi Osaka, Caster Semenya, Laurel Hubbard, Mo Farah (isto é, Hussein Abdi Kahin) ou Nikola Karabatic, entre tantos outros, tópicos que alargam, complexificam e aprofundam estas frentes de batalha.

Esta tendência é acompanhada por um crescente envolvimento de entidades externas ao universo desportivo, explorando vulnerabilidades para prosperarem e penetrarem nas raízes das estruturas desportivas, comprometendo invariavelmente a autonomia das suas organizações, capturando as suas esferas de decisão e instalando um clima de promiscuidade pouco recomendável. A tempestade perfeita para um jogo de baixo risco e elevados proveitos.

Com efeito, também as práticas que comprometem a ética desportiva se globalizaram, pois, ao contrário do passado, não são perpetradas apenas por agentes desportivos com propósitos iminentemente desportivos, mas envolvem outros intervenientes que instrumentalizam a integridade do desporto para os mais diversos interesses políticos, económicos e criminais.

Dos pequenos aos grandes interesses. Da escala local, à nacional e internacional. Do clube de base às federações internacionais. Dos países desportivamente mais

desenvolvidos aos mais periféricos. Do desporto de base formativa ao desporto profissional e de alto rendimento. Da pequena à grande e complexa criminalidade organizada transnacional.

Torna-se, por isso, absolutamente premente transformar as mensagens de Tolerância Zero, Start to Talk e abordagem centrada no atleta em ações concretas com métricas tangíveis, com efetiva tolerância zero aos discursos inconsequentes da Tolerância Zero, exigindo medidas concretas e a aplicação da lei perante quem prevarica, por forma a garantir que o desporto não opera à margem do estado de direito e de princípios elementares de boa governação.

A emergência de movimentos como The Army of Survivors ou Global Athletes são, entre vários outros, manifestações impressionantes de uma página que está



JOÃO PAULO ALMEIDA, Diretor-geral no Comité Olímpico de Portugal desde maio de 2013, João Paulo Almeida é especialista em manipulação de competições desportivas, jogo responsável, regulamentação de jogos de azar. Licenciado em Gestão do Desporto pela Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa, em 1999, graduação à qual juntou em 2006 a de Sociologia, pelo ISCTE, e em 2009 o mestrado em Administração e Políticas Públicas no mesmo estabelecimento de ensino, tem entre as suas áreas de interesse a participação em projetos que visam integridade das apostas desportivas e boa governação. Integra grupos de trabalho e comissões diretivas presididas ou coordenadas pelo Comité Olímpico Internacional, International Centre for Sport Security, Sports Integrity and Global Alliance, Conselho da Europa, Comissão Europeia, European Gambling and Betting Association e UNODC. Antes de chegar ao COP, João Paulo Almeida foi, entre abril e dezembro de 1998, técnico na Direção de Serviços de Formação, no Centro de Estudos e Formação Desportiva da Secretaria de Estado da Juventude e Desporto. Entre fevereiro de 2000 e abril de 2013 desempenhou funções de técnico superior de desporto do Departamento de Educação e Cultura e Diretor de instalações desportivas na Câmara Municipal da Amadora.


a virar onde um número crescente de atletas e outros protagonistas não se conformam com um diluir de responsabilidades perante a erupção de violações graves à sua integridade física e moral como ocorre, por exemplo, no flagelo da manipulação de competições desportivas, onde se teima em ignorar um quadro de competências claramente estabelecido numa Convenção Internacional ratificada pelo Estado para organismos desportivos, governos, autoridades públicas, operadores de apostas e órgãos de polícia criminal.

Por mais que as evidências demonstrem as profundas fragilidades que tornam o desporto apeteçível e amplamente permeável à infiltração deste tipo de práticas, como atesta o barómetro de corrupção desportiva da INTERPOL, persistem bolsas de resistência em trilhar um caminho onde a ética e a integridade se projetem das palavras para ações concretas, devidamente escrutinadas e implementadas.

Caso se pretenda alterar estas circunstâncias, a integridade e a ética não podem continuar a ser palavras de ocasião, cobertas por campanhas de sensibilização e programas de promoção de boas práticas que apenas maquilham um problema que se enraíza nos interstícios do desporto, se não forem acompanhadas pela intransigência e eficácia no cumprimento e aplicação de pesadas sanções desportivas, financeiras, disciplinares e criminais.

Se não se traduzirem num compromisso claro das federações desportivas e do Estado em ações específicas, e obrigatórias, na qualificação dos seus agentes desportivos e regulação das suas competições, condicionando o financiamento público a tal desiderato, como, aliás, a lei já determina. Se a formação de treinadores, na sua componente geral, desde o grau I, não tiver como conteúdos obrigatórios a capacitação em vários domínios da integridade, dotando os técnicos de ferramentas práticas para reconhecerem e atuarem perante estes casos, nomeadamente junto de crianças e jovens, e bem assim para a renovação da cédula de treinador.

Se atletas e técnicos forem meros recipientes de decisões de terceiros em vez de parte ativa na tomada de decisões relativas a aspetos cruciais da sua carreira desportiva. Se a qualificação de profissionais certificados e processos de governação em matéria de prevenção da integridade e proteção de atletas não se constituírem como requisitos indispensáveis à certificação de clubes e demais organizações desportivas, para efeitos de filiação e participação em competições desportivas. Se não houver canais de denúncia protegidos e consequentes mecanismos ágeis para célere intervenção das autoridades competentes tendo em vista garantir um ambiente seguro e protegido para os praticantes, erradicando um sentimento de impunidade e denegação de justiça às vítimas, amiúde tolerante com a negligência no acompanhamento destes casos.

A cada denúncia por investigar e a cada titubear na aplicação da lei e dos regulamentos, as autoridades públicas, as entidades desportivas e órgãos de polícia criminal estão a passar um cartão branco para se perder esta batalha, contribuindo para transformar os grandes eventos em palcos de descrença e falência dos valores e princípios éticos do desporto. 

As éticas desportivas e os seus encontros e desencontros contemporâneos

Carlos Eduardo Gonçalves

Antigo Professor de Educação Física, Treinador de basquetebol e Docente na Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física de Coimbra

Além de todos os debates que atravessaram e continuam a atravessar a filosofia sobre a relação da ética com a vida e o papel dos valores como guia de comportamento humano, a questão de definir e promover uma categoria moral que inclua toda a prática desportiva não é nova e parece estar para ficar com o reacendimento constante de episódios de transgressão que impedem o encerramento do tema. Há quase um século, em 1926, alarmada com a violência e os atropelos à honestidade nas competições, a organização norte-americana *Sportsmanship Brotherhood* divulgou um código de conduta para as organizações e agentes desportivos (Keating, 2001). Os artigos desse código poderiam, todos, fazer parte de qualquer regulamento deontológico ou de conduta vigente atualmente em comités olímpicos, federações, associações profissionais, etc. Será que não aprendemos nada, que o desporto é portador de uma essencialidade imune à mudança, ou talvez o problema, a existir, não tenha sido completamente bem colocado?

Uma primeira prevenção é útil: evitar um moralismo descontextualizado. As questões morais acontecem no mundo real e são incorporadas pelos atletas e demais agentes, que agem e reagem em sintonia com o contexto em que as aprendizagens e as sociabilidades aconteceram.

Em segundo lugar, torna-se necessário discernir entre a ética intrínseca da prática desportiva, aquela que é delimitada pelos regulamentos dos vários desportos e pelas normas não escritas e interiorizadas pelos praticantes, e a projeção externa dos códigos e comportamentos aprendidos para a vida fora do desporto. Com efeito, trata-se de uma crença comum de que o *ethos* do treino e da competição é transferível para a vida social dos atletas, forjando o caráter, em sentido análogo ao processo de *bildung*, que os pedagogos do século XIX atribuíam à educação. Em linguagem do século XXI, o desporto seria portador de competências para a vida, as famosas *life skills*, tão enaltecidas por Gould e Carson (2008), entre outros.

Ora, o que acontece dentro do desporto não está necessariamente relacionado com as externalidades, ou com o que fica para a vida. Há décadas que Shields & Brede-meier (2006) mostraram que a prática desportiva é moralmente neutra e que as referidas competências socialmente positivas deveriam ser ensinadas e acarinhadas

propositadamente na ecologia do treino e da competição, em estreita dependência do tipo de intervenção dos treinadores, das suas escolhas pedagógicas e das características próprias dos atletas.

Dentro do mundo da equipa, quando as regras não foram quebradas, a prática não é moralmente problemática, tanto para treinadores como para atletas já socializados em desporto específico. O regulamento dispensa a necessidade de particularizar e se houver transgressões, lá estarão árbitros, juízes, conselhos de disciplina e tribunais arbitrais para resolver o assunto.

De facto, para praticar desporto e competir, ser boa pessoa não constitui um requisito é um bônus. Aproveitar as regras em nosso favor, tolerar alguma forma de batota, tudo faz parte do jogo, o que torna o desporto de certa forma esquizofrénico e um caso único na nossa contemporaneidade: face às mudanças culturais que levaram à exploração das psicoterapias e psicofármacos, não passa pela cabeça de ninguém punir um executivo de uma empresa que toma Prozac para melhorar o seu rendimento numa sociedade competitiva ou que usa de todos os meios para derrotar a concorrência. As *life skills* proporcionadas pelo desporto parecem ser aqui de pouco préstimo.

Tendo em conta a perspetiva dos treinadores, agentes fulcrais na criação do ambiente de treino, é bom não esquecer que eles trabalham com pessoas em situação de superação de limites pessoais e que o sucesso competitivo não pode ser ignorado. As avaliações dos treinadores, sejam elas do ponto de vista físico, psicológico, técnico ou tático, são normativas, no sentido em que pretensamente se baseiam em esquemas culturais predominantes (lealdade, honestidade, justiça, etc.) e prescrevem comportamentos.

Convém refletir sobre um aspeto do desporto contemporâneo, com potenciais consequências ontológicas e antropológicas: a relação entre a tecnologia e o controlo.

Considerando o parágrafo anterior, o entendimento comum percebe e celebra o treinador moderno quase como a caricatura de um humanista, face aos valores proclamados. Ao banalizar o significado do conceito de humanismo e conferir intenções humanistas ao treino desportivo, estas passam a ser o critério definidor do treino de qualidade, o que coloca os treinadores em situações de conflito ético.



CARLOS EDUARDO DE BARROS GONÇALVES

Foi professor Educação Física, treinador de basquetebol e docente na Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física de Coimbra, onde se doutorou. Os seus interesses científicos centram-se na Pedagogia do Desporto, área em que desenvolveu intensa investigação, nomeadamente sobre o processo de especialização desportiva e os seus efeitos na evolução do atleta de um ponto de vista holístico, tendo também em atenção as implicações para treinadores, famílias, escolas e sociedade.

Com efeito, quando os treinadores começam a estar abertamente seduzidos pela objetivação do rendimento permitido pelas tecnologias digitais, os efeitos secundários dessas abordagens algorítmicas devem ser questionados. A inevitável invasão da tecnologia e da estatística permite a administração do processo de treino e das pessoas de um modo carregado de significados sociais e pessoais, mesmo que não sejam diretamente percebidos pelos indivíduos. A mera objetivação do rendimento menospreza convenientemente, para os administradores do sistema, os complexos processos sociais. Neste modo de entender o problema, é possível fazer a ligação entre as tecnologias de controlo, o passaporte biológico e o capitalismo de vigilância, popularizado por Zuboff (2019). Porque, além do controlo, as estatísticas avançadas, vulgarmente denominadas *analytics*, quantificam o indivíduo, mas omitindo a sua individualidade. Por exemplo, reduzir o rendimento a parâmetros detalhados e percentagens (e os recursos atuais permitem gerar todas as variáveis que se quiser) tem o potencial de aproximar o atleta de uma máquina, ocultando aquilo que é intangível e humano.

Embora esteja por demonstrar definitivamente que o rendimento quantificado retira o melhor rendimento de treinadores e atletas, parece lícito pensar que os jovens aceitem melhor o controlo, dada a sua precoce exposição a um mundo digital omnipresente. Dado que insuficientemente investigada, a aparente contradição entre a propalada autonomia, criatividade, tomada de decisão inteligente, objetivos expressos do treino atual e da formação de atletas, e a algoritmização do treino, com a previsível fuga em frente, rumo à Inteligência artificial, necessita de ser mencionada. Porque, queiramos quer não, o paradigma dominante da eficácia não implica educação e formação, muito menos um olhar sobre a ética. Pelo contrário, instila-se o conformismo, através da constante micro gestão de parâmetros, indicadores e variáveis, que sacode todas as abordagens humanistas e holísticas, tornado as relações associativas e potencialmente esquizofrénicas. A invasão da vida privada dos atletas representa uma

espécie de confinamento pedagógico, que torna muito difíceis a busca de alternativas de expressão de identidades e do eu. Neste sentido, paradoxalmente, o desporto abre as portas à criação de seres socialmente vazios.

O que fazer então? O imperativo categórico de Kant não nos serve para nada. A moralidade a que recorreremos é um artefacto de linguagem corrente para designar referências tácitas a uma série comportamentos e vocabulários, inculcados por diversas instituições e moldados por hábitos ao longo do tempo. Na realidade quotidiana serve como heurística para todo o tipo de práticas e não como justificação das nossas ações. Quando emitimos avaliações morais, estas servem para pormos em perspetiva os nossos objetivos e eventualmente corrigir o que pode ser socialmente indesejável, e não para dar sentido às nossas vidas.

Para responder à questão colocada acima, algumas notas finais. A moral não pode ser isolada e tratada como mais um fator do treino, objeto de intervenções descontextualizadas, mas sim encarada e acarinhada de um modo integrado, impregnando harmoniosamente todos os momentos da preparação e da competição. A ética desportiva está dentro do treino. E aqui, talvez o desenvolvimento da relação entre esforço e resultados sirva para alguma coisa, levando o atleta assumir o prazer na prática como efeito de empenho individual e coletivo. Ao mesmo tempo, aceitar que a competição é o momento de excitação e comparação que permite o reconhecimento do esforço e o reconhecimento dos outros: uma boa competição para viver uma boa vida.

Finalmente, conferir algum conteúdo à terminologia da moda, como o treino-centrado-no-atleta (*athlete-centered-approach*), uma boa ideia que se tornou hegemónica no discurso dos treinadores, mesmo que a interpretação do seu significado permaneça vaga e falha de conteúdo. Ouvir os atletas, em especial os mais jovens, é um primeiro passo. No fundo, trata-se de desenvolver a compreensão e o sentido. Uma proposta interessante seria a promoção e desenvolvimento de algo similar ao que é descrito na *Psicologia como um Ambiente Eticamente Informado*, que poderia contribuir também, de forma integrada, para tudo que se treina do ponto de vista físico, técnico ou tático. Por outras palavras, não olhar apenas para o comportamento, mas ter sempre em conta as ações, em conjunto com os seus motivos, justificações e intenções éticas. ○

Referências

- Bredemeier, B. L., & Shields, D. L. (2006). Sports and Character Development. *Journal of Physical Activity and Health*, 3(2), 255–256. <https://doi.org/10.1123/jpah.3.2.255>
- Gould, D. & Carson, S. (2008). Life skills development through sport: Current status and future directions. *International Review of Sport and Exercise Psychology*, 1(1), 58-78.
- Keating, J. W. (2001). Sportsmanship as a moral category. In W. Morgan, K. Meier, A. Schneider (eds.), *Ethics in Sport* (pp. 7-20), Champaign, IL: Human Kinetics.
- Zuboff, S. (2019). *The age of surveillance capitalism: the fight for a human future at the new frontier of power*. London: Profile.

Ainda vale a pena falar de ética e valores no desporto?

Olímpio Coelho

Antigo Treinador de basquetebol e Professor de Pedagogia do Desporto na Faculdade de Educação Física e Desporto da Universidade Lusófona



1. Em 1989, Jorge Adelino Soares interrogava-se, em artigo publicado na *Revista Horizonte* n.º 34: «Valerá a pena falar de Espírito Desportivo?», identificando, na realidade de então, desvios significativos aos valores e à ética no desporto, mas dando resposta positiva à pergunta formulada.
2. Recentemente, José Manuel Constantino, presidente do Comité Olímpico de Portugal, em crónica publicada no jornal *Record*, de 15 de julho de 2022, manifestava a sua apreensão quanto ao facto do «...lado virtuoso do desporto...» estar a ser fortemente adulterado, «...invadido por episódios de manipulação de resultados, de apostas ilegais, de uso e tráfico de drogas, de infiltração criminosa, de corrupção, de tráfico de menores, de fraude fiscal, de branqueamento de capitais ou tráfico de influências que o usam para fazer florescer proveitos de origem criminosa». Sem esquecer, acrescentamos nós, as múltiplas situações de violência verbal e física, que correntemente se registam em todos os níveis de prática, com projeção preocupante na vertente infantojuvenil.
3. Entre estes dois testemunhos medeiam mais de três décadas, no decorrer das quais foram desenvolvidas campanhas incidindo no espírito desportivo, publicados um número considerável de textos alusivos ao tema e realizado, em Oeiras, em 1989, um Seminário Internacional. Por outro lado, o Programa Nacional de Formação de Treinadores (PNFT), engloba a unidade curricular *Ética no Desporto* e, ativo desde 2012, o Plano Nacional de Ética no Desporto (PNED) tem promovido, neste domínio, um número significativo de ações de diverso tipo.
4. Os testemunhos em causa evidenciam problemas que, no período temporal considerado, apesar das iniciativas referidas, pouco mudaram e que, inclusive, em vários aspetos, se aprofundaram negativamente, em quantidade e intensidade. Por outro lado, do ponto de vista discursivo, encontramos, a par e passo, referência à importância de salvaguardar os valores e a ética no desporto. Discurso que se afigura, em geral, como mera retórica de conveniência, e que a realidade, excetuando alguns exemplos de boas práticas, desmente em pleno. Discurso cujo conteúdo ninguém nega, mas em que poucos acreditam e ainda menos praticam. Somos assim induzidos a questionarmo-nos sobre as razões desta relativa ineficácia e da ampla discrepância entre o discurso e a prática, traduzindo uma evidente resistência à indispensável mudança de mentalidades.
5. Identificar as origens das discrepâncias descritas é uma tarefa suscetível de múltiplas abordagens, mas a limitação de espaço obriga-nos a restringir esta reflexão, salientando as duas razões que consideramos, neste tema, nucleares: o comportamento ético no



OLÍMPIO COELHO. Licenciado em Educação Física e Desporto foi docente do Ensino Básico e Secundário, treinador de basquetebol, Diretor dos Cursos de Treinadores de grau III da Federação Portuguesa de Basquetebol. Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Associação Nacional de Treinadores de Basquetebol e docente de Pedagogia do Desporto na Faculdade de Educação Física e Desporto da Universidade Lusófona.

desporto como um problema cultural e social e o treinador(a) como figura central do processo desportivo.

5.1. Sendo o desporto amplamente influenciado pelo contexto social, cultural, educativo e cívico em que decorre, o comportamento ético no desporto é, em primeiro lugar, um problema cultural e social. Por isso, fomentar a ética no desporto, numa sociedade em que a cultura, a educação e o civismo evidenciam lamentáveis lacunas, não é expectável que seja uma tarefa de fácil execução e que a sua promoção seja uma realidade digna de registo.

Assim, sem se adotar, efetivamente, uma perspetiva cultural e social do desporto, considerando-o, em primeiro lugar, ao serviço do indivíduo e da sociedade, e não tanto de outros interesses, nomeadamente os económicos, difícil será mobilizar em plenitude os valores e a ética que deveriam vigorar na sociedade o que, infelizmente, não ocorre de forma substantiva.

5.2. Ao treinador(a), como figura central do processo desportivo, cabe a responsabilidade de transmitir os valores éticos, exercendo ação pedagógica, de influência, continuada e persistente, sobre instituições, praticantes, encarregados de educação e adeptos.

O desporto, pela sua natureza intrínseca, apela ao rigor, autodisciplina, organização, cumprimento de regras, respeito pelo outro, compromisso, responsabilidade, cooperação, superação, assumindo-se como instrumento potencial de formação, educação e desenvolvimento, nomeadamente de crianças e jovens.

Todavia a aproximação a estes valores depende dos responsáveis pelas atividades, devendo o treinador(a) ser a primeira personagem a assimilar e manifestar, de forma convicta e consistente, um comportamento ético, sendo e dando o exemplo, o que, com considerável frequência, não acontece. Assim, estes dois eixos que deviam constituir-se como facilitadores da promoção dos valores e da ética no desporto, antes constituem, nas condições referidas, origem de significativos desvios aos mesmos.

6. O segmento infantojuvenil do desporto, onde tudo começa, não pode deixar de ser um problema de política de juventude, logo uma responsabilidade do Estado, incompatível com uma atividade exclusivamente autorregulada pelo movimento associativo desportivo, que tende a fazer *vista grossa* aos desvios que se verificam, normalizando-os, atitude consubstanciada na expressão comum *são coisas do desporto*. Estas circunstâncias sugerem que a vertente infantojuvenil da prática desportiva deveria ser sujeita a uma regulação e escrutínio regulares, quanto ao modo como decorre, por parte das instituições responsáveis, não só do movimento associativo, mas também governamentais.

7. Os valores e a ética no desporto obrigam a considerar a formação do praticante como um processo a

longo prazo, evitando a especialização precoce, que fomentando a tendência para assumir o resultado, a vitória, como o principal objetivo, promove desvios significativos aos princípios e valores éticos que, desejavelmente, se perseguem.

No desporto estão sempre presentes, de forma indissociável, dois fatores: a aprendizagem/evolução dos praticantes e o resultado desportivo, devendo prevalecer, no desporto infantojuvenil, a prioridade do primeiro sobre o segundo, sem esquecer que o resultado é sempre importante, qualquer que seja o escalão etário. A inversão desta prioridade, convida a negar os valores que fundamentam o comportamento ético, fomentando o desvio às *boas práticas* nos planos metodológico e pedagógico, comprometendo o desenvolvimento racional dos atletas e, por extensão, o desenvolvimento desportivo em geral e de cada modalidade em particular.

8. Assim, à pergunta inicial que titula esta breve reflexão, em alinhamento com Jorge Adelino Soares, respondemos que sim, faz todo o sentido falar, e cada vez mais, dos valores e da ética no desporto como contributo para a valorização social deste, mas também como suporte decisivo ao desenvolvimento dos praticantes e, por consequência, do desporto nacional, tendo, todavia, em conta, que tais propósitos, enfrentam duas limitações:

8.1. Os desvios aos valores e à ética no desporto, condicionados pelo contexto social e cultural em que este se insere, configuram-se como sucedâneos dos desvios aos valores e ao comportamento ético na sociedade. Só mudanças nesta, na mentalidade dominante, possibilitarão agilizar a mudança, num sentido efetivo, do comportamento ético no desporto.

8.2. Da mera retórica resultam poucas consequências positivas, consistentes e impactantes: o comportamento ético no desporto, embora alicerçado em *palavras* forja-se e evidencia-se, essencialmente, na prática, no treino e na competição, no experienciar dos obstáculos e dificuldades, no ganhar e no perder, no sucesso e insucesso, que só se compreendem como conceitos interdependentes e relativizados, e no modo como com eles se convive.

Assim, conscientes, por um lado do impacto dos valores e da ética, particularmente na sua vertente infantojuvenil e, por outro, das limitações com que se confronta a sua promoção evitaremos assumir, sobre eles, uma visão cãndida e romântica incompatível com a realidade.

E terminamos recorrendo, de novo, a José Manuel Constantino: «Se não soubermos preservar o desporto, se formos incapazes de cuidar dos seus valores e princípios fundamentais, se não salvaguardarmos a sua integridade, se o não colocarmos ao serviço do desenvolvimento social e humano, todo o seu valor formativo se perde.» ○

O treinador e o desenvolvimento dos valores e da ética nos jovens atletas

Antonino Pereira

Prof. Coordenador c/ Agregação

Escola Superior de Educação - Instituto Politécnico de Viseu

O desporto tornou-se, para o bem ou para o mal, um elemento central da nossa cultura. Efetivamente, o desporto cativa, mobiliza e influencia pessoas em todo o mundo, envolvendo milhões como participantes, espectadores ou simplesmente observadores.

Nesse contexto, alguns problemas éticos que emergem sobre e dentro do desporto têm um significado inegável e promovem reflexões que envolvem questões sobre o que é justo ou injusto, uma vez que expressa um modo de luta pela excelência, incute virtudes importantes como a persistência, a dedicação e a coragem, e revela a beleza do que o corpo humano pode realizar e expressar.

Não obstante a atenção que tem sido dada nos últimos tempos às questões dos valores e da ética, regularmente somos confrontados, nos meios de comunicação social e nos espaços desportivos, com exemplos de comportamentos antiéticos protagonizados por diversos agentes desportivos (Cassidy, 2013). Apesar disso, verifica-se que em Portugal tem sido atribuída pouca importância às questões dos valores e da ética do desporto no âmbito da formação de técnicos de desporto. Ora um treinador é, antes e mais, um educador, ou como diz Vasconcelos Raposo (2019), um agente de Ensino/treino. Educar é moralizar, ou seja, é fazer ser segundo um projeto, um ideal, uma norma, é fazer crescer dentro de um sistema de valores (Patrão Neves & Justino, 2018). Nesse sentido, os treinadores deverão aceitar, zelar e cumprir todas as regras de natureza ética, comportando-se com a consciência de que são um exemplo e uma referência para os praticantes e cidadãos em geral.

Desde há muitos anos, que a promoção dos valores e da ética no âmbito da atividade desportiva, tem sido uma preocupação de muitos profissionais. A prática desportiva correta, só por si, não é suficiente para se conseguir uma verdadeira educação integral, onde os valores devem ser fomentados de uma forma programada e intencionada (Iturbide-Luquin & Elosua-Oliden, 2017).

Efetivamente, o uso educacional do desporto, não se pode basear unicamente na sua presença importante

ao nível social, mas existe também a necessidade de lhe dar uma abordagem formativa, com o desenvolvimento de processos de diálogo, reflexão ou debate. Tudo isto, contribui para o desenvolvimento de um pensamento crítico que fomente e promova atitudes realmente positivas.

É importante, que a ação pedagógica não seja reduzida somente ao conhecimento de valores. A aspiração do treinador deve ser focada no princípio de que os jovens atuem no ambiente social, escolar e desportivo em coerência com o sistema de valores que são construídos de um modo dialógico, para o qual é necessário que os referentes éticos ultrapassem a dimensão cognitiva e

“ [...] o uso educacional do desporto, não se pode basear unicamente na sua presença importante ao nível social, mas existe também a necessidade de lhe dar uma abordagem formativa, com o desenvolvimento de processos de diálogo, reflexão ou debate.

“ Os melhores treinadores são os que conseguem, através da reflexão, antes e após o treino, elaborar sessões de treino que produzam mudanças que levem os atletas a serem cada vez melhores, enquanto desportistas e enquanto pessoas.

impregnem as emoções, os sentimentos e, sobretudo, as ações.

Porém, o que se verifica é que a reflexão e bibliografia focada na questão da abordagem pedagógica-didática dos valores e da ética não abunda em Portugal. Apesar de no âmbito do Plano Nacional de Ética no Desporto, terem sido editadas algumas meritórias publicações, de carácter pedagógico e didático para treinadores, onde são desenvolvidas estratégias de abordagem da ética, no contexto do treino desportivo.

Assim, importa promover mais reflexões e pesquisas específicas, de carácter teórico-prático, centradas na intervenção do treinador de desporto. Nesse sentido, Gonçalves (2014) apresenta algumas questões que convém ter em consideração. Logo, como ensinar valores e normas de comportamento, através da prática desportiva? Sabe-se como desenvolver a força, consolidar um gesto técnico ou executar um movimento tático, mas como promover a autoestima, fomentar o respeito ou fortalecer o compromisso com outros? Ou seja, como é que se ensinam as habilidades morais?

Alguns autores, na busca de respostas, apresentam princípios que iremos salientar. Antes de mais, defendem que o desporto deve evidenciar um sentido positivo para a vida das pessoas que o praticam (Gonçalves, 2014; Vasconcelos Raposo, 2019). Um bom treino deve ser gratificante para o atleta, do ponto de vista físico, psicológico, social e moral. Um treino fastidioso, críspado, tenso ou demasiado fatigante não pode favorecer o bem-estar nem formar o carácter (Gonçalves, 2014). As aprendizagens morais localizam-se dentro do processo de treino e como tal integram o ambiente ecológico da equipa e do clube. Os melhores treinadores são os que conseguem, através da reflexão, antes e após o treino, elaborar sessões de treino que produzam mudanças que levem os atletas a serem cada vez melhores, enquanto desportistas e enquanto pessoas. Assim, pensar a ecologia do treino nas suas vertentes motoras, cognitivas e sociais é indispensável para construir um bom treino. Deste modo, os treinadores deverão organizar as sessões de treino de modo a desenvolver nos jovens o gosto pela aprendizagem e pelo aperfeiçoamento, o que implica ter em conta todas as dimensões da vida (Vasconcelos Raposo, 2019).

Outro princípio a ter em conta é a qualidade da interação social (Gonçalves, 2014; Vasconcelos Raposo,

Foto de Jeffrey F. Lin em Unsplash



2019). A interação social proporcionada por uma prática desportiva de qualidade, engloba processos de estabelecimento de objetivos comuns, negociação de regras e a celebração de compromissos que são pressupostos de todas as democracias (Gonçalves, 2014). A maior parte do prazer e divertimento experimentados na prática desportiva resulta da interação social, traduzida na realização de objetivos individuais e de equipa assim como na compreensão do que significa participar no desporto.

Neste contexto, o questionamento mútuo poderá transformar-se numa estratégia global para a pedagogia, ao centrar a aprendizagem no atleta. O treinador necessita de ser aberto a diferentes respostas em diversas instâncias, em vez de estar sempre à procura de soluções predeterminadas. É espantoso, o número de treinadores que evitam as questões abertas no relacionamento com os atletas e são muitos os que se queixam da falta de clareza das perguntas levando-os a inibirem-se de responder como desejariam. Assim, a linguagem torna-se crucial ao permitir traduzir as experiências para o nível de consciência que possa ser objeto de reflexão e de desenvolvimento do conhecimento.

Por outro lado, além das questões da técnica e da tática, dos regulamentos da modalidade, o treinador deverá promover a transmissão de hábitos de trabalho, regras de comportamento e convivência social que valorizem o jovem como praticante, indivíduo e cidadão (Vasconcelos Raposo, 2019).

A questão da organização do treino é outro aspeto a merecer atenção (Gonçalves, 2014; Vasconcelos Raposo, 2019). Assim, a escolha dos conteúdos do treino, a sua

sequenciação, dos exercícios adequados, dos jogos e da sua avaliação, torna-se uma questão decisiva para a criação de um bom ambiente (Gonçalves, 2014). Isto exige reflexão, interpretação e a eventual necessidade de se operarem mudanças por parte do treinador.

Assim, a forma como é organizada, transmitida e recebida a informação pelo atleta, torna-se um elemento-chave para a qualidade do exercício e do treino e para o prazer em estar no desporto. À medida que os praticantes melhoram as suas habilidades e enriquecem o conhecimento do desporto com novas tomadas de decisão, o treinador deve alterar a estrutura do exercício ou do jogo, expandindo os desafios colocados à compressão e interpretação do atleta.

Os melhores exercícios são aqueles capazes de gerar níveis elevados de adesão e de interações cordiais e criativas. Se o atleta não sente o desejo de voltar para o treino ou para a competição seguinte, não existirá qualquer tipo de adaptação positiva, tornando assim inúteis os discursos sobre os benefícios do desporto.

É, pois, importante que o processo de treino seja capaz de promover nos jovens o prazer e o gosto em aprender, a aperfeiçoar técnicas e a desenvolver a capacidade de persistência, necessária para ultrapassar as várias dificuldades que poderão encontrar nos contextos desportivo e social (Vasconcelos Raposo, 2019).

Gonçalves (2014) propõe também que os treinadores, ao planearem as suas intervenções, devam ter em conta se a atividade proposta facilita a interpretação e tomada de decisão (autonomia), se é adequada ao potencial motor do participante (competência) e se proporciona a cooperação dos aprendizes na aprendizagem comum (relacionamento).

Hardman e Jones (2013) apresentam-nos também um conjunto de questões que interessa serem ponderadas pelos treinadores. Assim, o que é treino? Quais são os valores chave a ter em conta no treino? O treino deve ter em atenção o processo ou o produto? O processo de treino enriquece a vida das crianças e jovens?

Por outro lado, os mesmos autores referem que a intervenção dos treinadores pode ser influenciada pelas suas conceções éticas/deontológicas. Assim, de acordo com a abordagem utilitarista, os fins podem justificar os meios (Santos, 2012). Por exemplo, um treinador de

ginástica pode justificar um tratamento físico mais duro aos seus ginastas juniores em termos do eventual prazer e satisfação que obterá no seu futuro sucesso.

A título de exemplo, Andre Agassi (Agassi, 2009), na sua autobiografia, reflete acerca do exigente e prematuro treino supervisionado pelo seu pai. Reconhece que sem um intensivo, repetitivo e aborrecido treino não teria obtido o êxito mundial, sobejamente conhecido. No entanto, reconhece os elevados custos de tão exigentes treinos na sua saúde mental e emocional. Levaram-no a dizer que os meios não justificaram os fins.

Por sua vez, outra abordagem ética, a ética da virtude, foca a sua atenção nas qualidades dos indivíduos do que nas ações corretas (Santos, 2012). Este tipo de abordagem procura desenvolver bons hábitos, traços de caráter e disposições como coragem, justiça e integridade. Um treinador que seja compassivo, justo, honesto, comprometido e dedicado tentará produzir um clima moral responsável no processo de treino e procurará cultivar disposições semelhantes em seus atletas. Sem dúvida que o caráter do treinador, mais do que o seu conhecimento, qualificações ou currículo, é o bem mais importante.

A concluir, perante estas ou eventualmente outras abordagens éticas no processo da intervenção dos treinadores, uma das questões-chave que cada um deve colocar a si mesmo é: que tipo de exemplo quero ser para os meus atletas? A resposta a esta questão poderá ajudar o técnico na decisão acerca do tipo de intervenção que pretende desenvolver. ○

“ Um treinador que seja compassivo, justo, honesto, comprometido e dedicado tentará produzir um clima moral responsável no processo de treino e procurará cultivar disposições semelhantes em seus atletas. Sem dúvida que o caráter do treinador, mais do que o seu conhecimento, qualificações ou currículo, é o bem mais importante.

Referências

- Agassi, A. (2009). *Hope: an autobiography*. London: Harper.
- Cassidy, T. (2013). Exploring ethics. Reflections of a university coach educator. In S. Harvey & R. Light (Eds.), *Ethics in Youth Sport. Policy and Pedagogical Applications*. New York: Routledge.
- Gonçalves, C. (2014). Para uma Pedagogia do Desporto moralmente relevante: corpo e racionalidade na aprendizagem desportiva. In M. Renaud (Ed.), *Ética e Valores no Desporto* (pp. 81–94). Porto: PNED / Edições Afrontamento.
- Hardman, A., & Jones, C. (2013). Philosophy for coaches. In R. L. Jones & K. Kingston (Eds.), *An introduction to sports coaching. Connecting theory to practice* (Second Edition, pp. 99–112). London: Routledge.
- Iturbide-Luquin, L.-M., & Elosua-Oliden, P. (2017). Los valores asociados al deporte: análisis y evaluación de la deportividad. *Revista de Psicodidáctica*, 22(1), 29–36. [https://doi.org/10.1016/S1136-1034\(17\)30041-](https://doi.org/10.1016/S1136-1034(17)30041-)
- Patrão Neves, M., & Justino, D. (2018). Todo o projeto educativo é uma opção moral. In M. Patrão Neves e D. Justino, *Ética Aplicada: Educação* (pp.9-24). Lisboa: Edições Almedina.
- Santos, J. M. (2012). *Introdução à Ética*. Lisboa: Documenta.
- Vasconcelos Raposo, A. (2019). *A formação de treinadores. Uma reflexão para Portugal*. Lisboa: Comité Olímpico de Portugal.

A promoção da responsabilidade pessoal e social através da participação desportiva

Hélder Miguel Fernandes^{1,2}

Teresa Fonseca^{1,3}

¹ Instituto Politécnico da Guarda, Guarda

² Centro de Investigação em Desporto, Saúde e Desenvolvimento Humano (CIDESD), Vila Real

³ Centro de Investigação, Formação, Inovação e Intervenção em Desporto (CIFID), Porto

Introdução

A infância e a adolescência constituem importantes períodos de transição durante os quais ocorrem múltiplas modificações ao nível físico, cognitivo, emocional e social, com relevantes implicações para o seu bem-estar psicológico (Fernandes, 2007). Nas primeiras décadas do século XXI, temos assistindo a profundas e aceleradas transformações sociais, culturais e tecnológicas, as quais colocam exigências e desafios adicionais ao desenvolvimento humano e à educação para os valores ao longo da vida. Mais concretamente, a atual hipermodernidade (na conceção de Gilles Lipovetsky) traduz-se numa cultura e valorização do excesso, hedonismo e hiperindividualismo, a qual é facilmente assimilada e reproduzida pelas populações mais jovens (Lipovetsky, 2020). Como tal, depreende-se que o domínio da ética e das suas práticas centradas numa abordagem humanista reveste-se de nova importância nos tempos atuais, sendo por isso essencial promover um equilíbrio entre o bem-estar pessoal e social. Sendo o desporto um microcosmo da sociedade, não é de estranhar que tais questões e problemas sociais também emergem no contexto da atividade físico-desportiva, criando preocupações e desafios adicionais aos treinadores e outros agentes de socialização desportiva. Deste modo, o presente artigo pretende apresentar um breve enquadramento e as linhas orientadoras de um modelo de promoção da responsabilidade pessoal e social através do desporto, o qual tem recebido crescente interesse e investigação científica nas últimas décadas. Além disso, serão também apresentadas algumas estratégias passíveis de serem incluídas na intervenção pedagógica dos treinadores de crianças e jovens.

O modelo de responsabilidade pessoal e social

O modelo de responsabilidade pessoal e social (MRPS) foi inicialmente proposto e desenvolvido por Donald Hellison, na década de 1970, sendo o seu principal propósito contribuir para o desenvolvimento positivo de crianças e jovens, através das aulas de Educação Física, ensinando-os a serem responsáveis pelo modo como agem e se comportam, mas também pela forma como se relacionam e tratam as outras pessoas (Hellison, 2011). Sendo o treino desportivo um processo fundamentalmente de ensino-aprendizagem, inseparável de preocupações e práticas formativas e educativas, torna-se importante salientar que os valores são centrais às relações entre treinadores e atletas, às decisões tomadas e ao desenvolvimento de competências de vida. Como tal, o MRPS pressupõe a identificação e o desenvolvimento

“Sendo o treino desportivo um processo fundamentalmente de ensino-aprendizagem, inseparável de preocupações e práticas formativas e educativas, torna-se importante salientar que os valores são centrais às relações entre treinadores e atletas, às decisões tomadas e ao desenvolvimento de competências de vida.”

Tabela 1. Caracterização do modelo de responsabilidade pessoal e social (adaptado de Hellison, 2011).

Categoria	Nível	Componentes	Características dos atletas
Não introdutório	0. Irresponsabilidade	Atribuições causais externas; Amotivação; Intimidação ou confronto físico e/ou verbal	Apresenta desculpas; Culpa os outros pelas suas ações; Perturba os exercícios; Intimida colegas ou provoca confrontos físicos/verbais
Introdutório	1. Respeito pelos direitos e sentimentos dos outros	Autocontrolo; Direito à resolução de conflitos de forma pacífica; Direito à participação, inclusão e cooperação com os colegas	Controla o seu comportamento, mesmo que não se empenhe nas tarefas; Respeita a ação do treinador e o direito de aprendizagem dos outros
	2. Esforço e cooperação	Automotivação; Exploração da relação entre esforço e resultado; Convívio com os colegas	Participa e esforça-se nas atividades; Aceita desafios e persiste nas tarefas difíceis; Respeita as orientações do treinador e convive/coopera com os colegas
Intermédio	3. Autodireção	Independência nas ações; Definição de objetivos e metas autorreferenciadas; Resistência às "pressões do grupo"	Assume responsabilidade pelas suas ações; Revela autonomia e autorregulação da sua aprendizagem; Ignora e/ou desvaloriza as (más) influências do grupo
	4. Apoio aos outros e liderança	Empatia e compaixão; Apoio e preocupação com os outros; Competências interpessoais	Demonstra interesse em apoiar e colaborar com os colegas; Promove a responsabilidade pessoal e social; Assume oportunidades de liderança
Avançado	5. Transferência	Compreensão e aplicação das competências noutros contextos da sua vida; Ser um modelo positivo para outros, nomeadamente as crianças	Compreende a importância e tenta demonstrar responsabilidade pessoal e social noutros contextos de vida, sem supervisão e/ou apoio

de valores associados tanto ao bem-estar pessoal (esforço e autodireção), como ao bem-estar social (respeito pelos outros e empatia), através de situações de prática desportiva que são objeto de reflexão por parte do treinador e atletas, à luz de cinco níveis incrementais de responsabilidade. A tabela seguinte apresenta uma breve descrição das categorias, níveis, componentes e características dos atletas em cada um dos cinco patamares de consciencialização e responsabilidade pessoal e social.

No nível 0, os atletas revelam atitudes, crenças, valores, intenções e/ou comportamentos contrários à demonstração de responsabilidade pessoal e social, perturbando regularmente as sessões de treino e atribuindo as culpas a terceiros. No nível 1, é promovido o autocontrolo, sem uma constante supervisão ou intervenção do treinador, favorecendo-se assim o respeito pelos direitos e sentimentos dos outros, e a criação de um clima de aprendizagem e desenvolvimento positivo. No nível 2, o principal propósito é o fomento de uma orientação motivacional para a mestria/tarefa (isto é, ser melhor), a qual está associada a maiores níveis de motivação intrínseca, que sustentam as ações do nível seguinte. Os atletas são incentivados e orientados a participar e persistir em tarefas difíceis e desafiantes, preferencialmente num contexto de treino cooperativo. No nível 3, é favorecida a autonomia, ensinando os atletas a

participar nas tarefas de forma mais independente, estabelecendo-se para esse efeito objetivos de prestação/desempenho alicerçados nas necessidades e interesses de cada atleta. O desenvolvimento da motivação intrínseca dos atletas é essencial para que estes se mantenham socialmente responsáveis, sem a intervenção do treinador, resistindo às pressões de (alguns) colegas para fazer más escolhas. O nível 4 requer a demonstração de competências interpessoais centradas no bem-estar dos outros e/ou do grupo, permitindo igualmente experienciar situações de liderança e de responsabilidade social, as quais deverão atender à idade/estádios de desenvolvimento dos atletas. Por último, o objetivo do nível 5 é fomentar a transferência e a demonstração das competências de responsabilidade pessoal e social noutros contextos de vida, como por exemplo a família, a escola ou a comunidade. Este nível é certamente o mais desafiante e exigente para os atletas, dado que ocorre em circunstâncias sem a supervisão e o apoio do treinador (Hellison, 2011; Watson & Clocksin, 2013).

O desenvolvimento da responsabilidade pessoal e social através da participação desportiva

Apesar da participação desportiva não constituir uma panaceia para a resolução de todos os problemas sociais da atualidade, o MRPS tem o mérito de oferecer

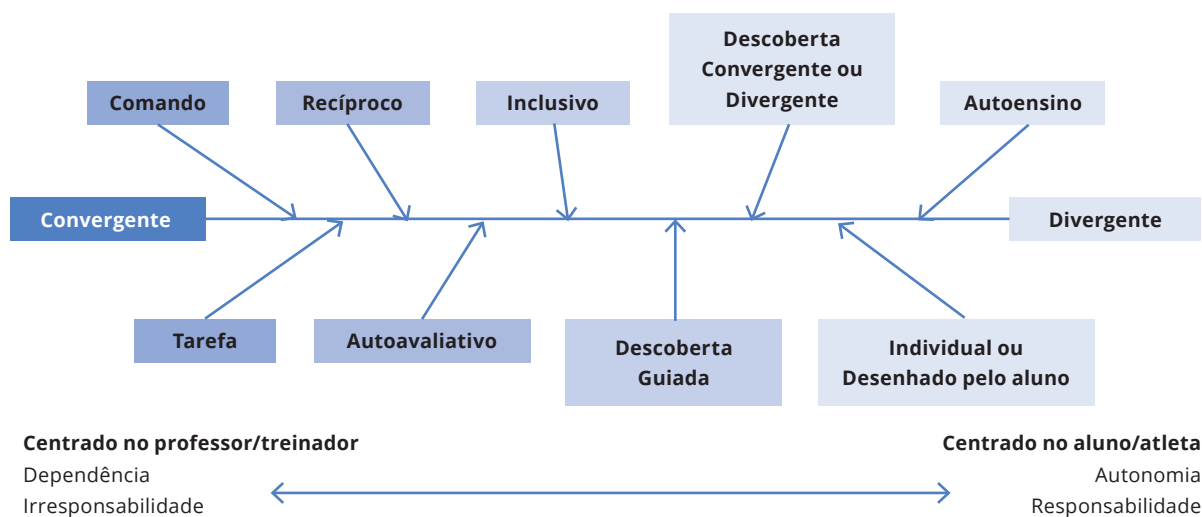


Figura 1. Espectro dos estilos de ensino (Mosston & Ashwort, 2008).

às crianças e jovens (e respetivos treinadores) as diretrizes e estratégias necessárias ao desenvolvimento da responsabilidade para o bem-estar pessoal e social, alicerçado numa perspetiva humanista e eudemónica (aceitação de si, crescimento pessoal e relações positivas com os outros).

Dado que as aprendizagens nem sempre são lineares e progressivas, o MRPS enfatiza a necessária flexibilidade durante a intervenção pedagógica, na medida em que os atletas podem demonstrar atitudes e comportamentos representativos de diferentes níveis durante a mesma sessão de treino (Hellison, 2011). Deste modo, o treinador deve compreender que os níveis devem ser individualizados e autorreferenciados, apesar da intervenção ser dirigida para o grupo.

A implementação de programas/intervenções baseadas no MRPS tem como premissas: i) o empoderamento gradual (o treinador deve ser um facilitador dos processos de capacitação dos jovens, transferindo progressivamente responsabilidades para os atletas); ii) a

relação treinador-atleta (o treinador deve reconhecer e respeitar a individualidade, as opiniões, as virtudes e forças de carácter e a capacidade de tomada de decisões de cada atleta); iii) a integração (o ensino dos valores e competências de vida associados ao MRPS devem estar integrados nos exercícios de treino/competição desportiva); e, iv) a transferência (as crianças e jovens devem ser orientados para a exploração de possibilidades de aplicação dos princípios do MRPS noutros contextos das suas vidas).

Partindo destas premissas, o treinador deve promover uma intervenção pedagógica progressivamente centrada nas necessidades e capacidades do(s) atleta(s), recorrendo para o efeito a diferentes estilos de ensino do espectro proposto por Mosston e Ashwort (2008).

Ao longo da intervenção baseada no MRPS, o treinador deverá recorrer gradualmente a estilos de ensino cada vez mais divergentes (Watson & Clocksin, 2013). Embora nos primeiros níveis do MRPS seja necessário e usual a adoção de estilos de ensino de comando e/ou tarefa, a implementação das premissas referidas anteriormente requer a utilização de estilos progressivamente divergentes, transferindo e delegando poderes e responsabilidades para os atletas durante a prática desportiva. Por exemplo, a partir do momento em que um grupo de atletas assuma e demonstre os níveis introdutórios de responsabilidade pessoal e social, será exequível e fundamental promover situações de competição (jogo reduzido ou formal) em regime de autoarbitragem e/ou a adoção de um estilo de ensino por descoberta guiada.

A definição do atleta como elemento central do ato pedagógico durante o treino desportivo implica que os treinadores promovam oportunidades para os atletas aprenderem a ser pessoal e socialmente responsáveis, refletindo acerca das suas escolhas e comportamentos, em momentos estruturados da sessão de treino. No início do treino, deverá ser efetuada uma conversa de consciencialização acerca dos objetivos da sessão e dos

“ O desenvolvimento da motivação intrínseca dos atletas é essencial para que estes se mantenham socialmente responsáveis, sem a intervenção do treinador, resistindo às pressões de (alguns) colegas para fazer más escolhas.

“A definição do atleta como elemento central do ato pedagógico durante o treino desportivo implica que os treinadores promovam oportunidades para os atletas aprenderem a ser pessoal e socialmente responsáveis, refletindo acerca das suas escolhas e comportamentos, em momentos estruturados da sessão de treino.

aspectos específicos a alcançar em termos de responsabilidade pessoal e social. As tarefas/exercícios de treino deverão, quando possível, incluir estratégias de desenvolvimento da responsabilidade através dos estádios do MRPS, cabendo ao treinador (nos níveis 1 e 2) ou ao atleta (nos níveis 3 e 4) a definição das expectativas a alcançar em termos de atitudes e/ou comportamento. A atribuição de tarefas de organização de parte da sessão e/ou de liderança de pequenos grupos deverá ocorrer paralelamente a oportunidades de autorreflexão verbal. No final do treino deverão ser assegurados momentos de reflexão, em que o grupo partilha a sua opinião sobre a sessão, sobre o desempenho e coesão do(s) grupo(s) e dos colegas que foram líderes (caso aplicável). Além destes momentos estruturados e não menos importante, o treinador também deve procurar estabelecer interações/conversas individuais (tempo relacional) com os seus atletas, demonstrando interesse e conversando sobre aspetos que podem estar a correr bem ou mal nas suas vidas.

Considerações finais

Em suma, o presente artigo explorou algumas questões e situações sociais que já são exploradas e implementadas por diversos treinadores durante a sua intervenção pedagógica, embora, porventura, sem um suporte teórico-empírico de referência. Assim, o mérito do modelo de responsabilidade pessoal e social é oferecer uma compreensão sequencial e holística das atividades e estratégias necessárias para promover o desenvolvimento positivo juvenil, alicerçado em melhores níveis de responsabilidade pessoal e social, seja durante a prática desportiva, seja através da possibilidade de transferência destas competências para outros contextos de vida (escola, família e comunidade).

A evidência científica recente tem demonstrado a validade e eficácia das intervenções baseadas no MRPS (Abad Robles et al., 2021; Carreres-Ponsoda et al., 2021; Shen et al., 2022), as quais estão associadas a mudanças comportamentais positivas e a melhores índices de competências interpessoais, regulação emocional e desempenho académico dos alunos/atletas participantes. Como tal, estes resultados demonstram a importância e o potencial benefício da promoção da responsabilidade pessoal e social em crianças e jovens, através da prática desportiva.

Por último, importa salientar que a promoção de um sistema de crenças e valores nos atletas deve tanto considerar o seu contexto familiar, cultural e socioeconómico, assim como, o próprio sistema de valores (filosofia) do treinador. Para este último efeito, o Código Deontológico do Treinador, recentemente aprovado (Confederação de Treinadores de Portugal, 2022), deverá constituir os alicerces e os limites da intervenção pedagógica dos treinadores, a qual se deseja que seja facilitadora do desenvolvimento pessoal e social dos seus atletas. ○

Referências

- Abad Robles, M. T., Navarro Domínguez, B., Cerrada Nogales, J. A., & Giménez Fuentes-Guerra, F. J. (2021). The development of respect in young athletes: A systematic review and meta-analysis. *PloS One*, 16(6), e0252643. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0252643>
- Carreres-Ponsoda, F., Escartí, A., Jimenez-Olmedo, J. M., & Cortell-Tormo, J. M. (2021). effects of a teaching personal and social responsibility model intervention in competitive youth sport. *Frontiers in Psychology*, 12, 624018. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2021.624018>
- Confederação de Treinadores de Portugal (2022). *Código deontológico do treinador*. Disponível em https://treinadores.pt/images/manuais_referencia/CodigoDeontologicoTreinador_aprovadaAG12-03-2022.pdf
- Fernandes, H.M. (2007). *O bem-estar psicológico em adolescentes: Uma abordagem centrada no florescimento humano*. Tese de Doutoramento, UTAD.
- Hellison, D. (2011). *Teaching personal and social responsibility through physical activity*. Human Kinetics.
- Lipovetsky, G. (2020). *A felicidade paradoxal: Ensaio sobre a sociedade do hiperconsumo*. Edições 70.
- Moston, M. & Ashworth, S. (2008). *Teaching physical education*. Spectrum Institute for Teaching and Learning.
- Shen, Y., Martinek, T. & Dyson, B. (2022). Navigating the processes and products of the teaching personal and social responsibility model: A systematic literature review. *Quest*, 74(1), 91-107. <https://doi.org/10.1080/00336297.2021.2017988>.

Como a (in)segurança condiciona o desporto: do grande evento desportivo à grande frustração dos adeptos na Final da Champions League 2022

Sónia M. A. Morgado^{1, 2, 3}

Professora Doutora

Sérgio Felgueiras^{1, 2, 4}

Superintendente, Professor Doutor

¹ ISCP SI – Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa

² IC POL – Centro de Investigação do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa

³ CIEQV – Life Quality Research Center, Portugal

⁴ PSP – Polícia de Segurança Pública, Lisboa

O desporto, a diversidade cultural e a permanente mutação das ameaças inerentes à sociedade moderna exigem um novo olhar sobre a segurança. A segurança é um bem público vital e um direito fundamental e fundacional da vida em sociedade. A transnacionalização dos fenómenos criminais e da violência associada ao desporto, a dinâmica dos contextos geoestratégico, geopolítico, geoterritorial, e geocriminal, bem como a mutação da forma comunicacional, cultural, social e económica, apanágio da sociedade contemporânea globalizada, converteu a segurança num bem mais volátil.

Nesta viagem à final da Champions League-2022, que opôs o Real Madrid ao Liverpool, desencadeamos a análise sobre a segurança dos adeptos, do estádio, das recomendações internacionais, das fases do processo securitário, do sucesso e do insucesso do evento, bem como os desafios que as polícias enfrentam, desde a sua identificação à sua resolução.

Os contornos explicativos das ocorrências no Stade de France (com capacidade para 81.338 espectadores) que acolhe desde 1998 eventos desportivos de renome, como seja o Mundial de futebol da FIFA de 1998, Mundial

de atletismo de 2007, finais da UEFA (2000, 2006), UEFA Euro-2016, entre outros, com uma afluência de 35 milhões de espectadores desde a sua inauguração (Stade de France, 2022), tornou-se objeto de perscrutação.

A sua experiência cumulativa dos 500 eventos especiais, relata o quão a estrutura da organização deu provas de correção, eficiência e eficácia na preparação e planeamento de eventos, desportivos ou outros, de grande dimensão com afluência elevada de espectadores, adeptos, fãs, amantes do desporto, ou amantes de concertos. Este contexto determinou que as autoridades francesas

tinham o *savoir faire* necessário para acolher o evento, cuja realização estava inicialmente prevista para a Gazprom Arena em São Petersburgo. As contingências do conflito Rússia-Ucrânia despoletou um conjunto de sanções, uma das quais a alteração da prova rainha do futebol ao nível de clubes, a três meses da sua realização para o estádio em Saint-Dennis, o Stade de France, como forma de represália à Rússia.

O legado das autoridades francesas na organização de grandes eventos desportivos é enorme, tanto o domínio das informações, como a experiência acumulada, correspondiam às necessidades da organização e do evento *per se*. Desta forma indaga-se quanto à questão *core*: Porque é que não correu bem?

Numa final como esta, o pensamento compreensivo dos intervenientes tem um papel imprescindível na consolidação e vivência do evento. A esperança de entrar no estádio pelos adeptos, a esperança dos atletas sentirem e verem as bancadas cheias por aqueles que reconhecem e amam o seu trabalho, a esperança de iniciar o jogo na hora marcada, a esperança do evento ser seguro, a esperança de não existirem confrontos violentos. Neste caso, a realidade impôs-se, interferindo na dinâmica desportiva devido a diversos constrangimentos que não foram acautelados no planeamento da segurança do evento.

Os acontecimentos tornam evidente a realidade que entremeou um conjunto de condições aparentemente anormais que culminaram numa tempestade perfeita, e que transformaram negativamente este momento desportivo marcante.

Não existem dúvidas de que o berço das recomendações da UEFA garante o trinómio incontornável da *security*, *safety* e *service* (Council of Europe, 2016). O pensamento latente da *safety* ressalta o conceito fundamental de medidas com efeito «protetor da saúde e *well-being* de indivíduos ou grupos que assistem ou participam» num evento, «dentro ou fora do estádio, ou de quem reside ou trabalha nas imediações do evento» (Council of Europe, 2016, p.3). Por outro lado, a hermenêutica da *security* trata das medidas que foram desenhadas e implementadas para os eventos desportivos ou outros para «prevenir, reduzir ou responder a qualquer tipo de

“O legado das autoridades francesas na organização de grandes eventos desportivos é enorme, tanto o domínio das informações, como a experiência acumulada, correspondiam às necessidades da organização e do evento *per se*. Desta forma indaga-se quanto à questão *core*: Porque é que não correu bem?”

“As polícias, ante o risco, têm o desígnio comum da promoção da segurança dos eventos nas suas diferentes facetas do *security* e do *safety*, no seu indissociável imbricamento da garantia do exercício dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.”

violência ou outro tipo de criminalidade ou desordem, no interior ou exterior do estádio» (Council of Europe, 2016, p.3). No *service*, ressalta a preocupação de que as medidas sirvam para que os «indivíduos ou grupos se sintam confortáveis, apreciados e bem-vindos» sempre que assistem a eventos desportivos ou culturais, «dentro e fora do estádio» (Council of Europe, 2016, p.3).

As polícias, ante o risco, têm o desígnio comum da promoção da segurança dos eventos nas suas diferentes facetas do *security* e do *safety*, no seu indissociável imbricamento da garantia do exercício dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos (Felgueiras, 2015). Id est esta realidade determina que a segurança de todos os agentes desportivos, adeptos, comunicação social, é função das forças de segurança (Morgado, 2015). A consciência destes aspetos estrutura as boas práticas da organização nos diferentes momentos do evento, a saber: i) antes do evento (ex. ingresso); ii) durante o evento (ex: circulação); iii) após o evento (ex: saída).

Nesta perspetiva foram construídas estratégias e dimensões de análise no relatório da delegação interministerial dos grandes eventos desportivos. O trabalho colaborativo e construtivo entre diversas entidades desportivas (UEFA, Federação Francesa de Futebol), territoriais (Paris e Saint-Dennis), o estado (delegação interministerial dos grandes eventos desportivos – DIGES, Coordenação Nacional para a segurança dos jogos - CNSJ, Prefeitura de Polícia, a Prefeitura de Seine-Saint-Denis, Direção Geral da Aviação Civil), e operadores de transportes, consolidaram os preparativos para todos os diferentes momentos do evento (Gouvernement, 2022).

A densa reflexão feita por todos envolveu os diferentes quesitos da segurança desde a circulação e entrada dos adeptos das diferentes equipas, a questão da proveniência, mobilidade e forma de deslocação dos adeptos, à localização do dispositivo para controlar o ingresso; às medidas colocadas em vigor para os adeptos sem bilhete, as autorizações de venda de álcool dentro do perímetro de segurança; a criação de zonas de fã; adaptação dos transportes terrestres; aos meios de segurança, materiais e humanos (6800 elementos da polícia, da gendarmerie e das polícias municipais) foram postos em prática para garantir o normal desenrolar das operações.

“Na indagação das causas, sem pretensão de discretearmos críticas destrutivas, elencam-se os elementos constantes das falhas preconizadas e descritas pelo relatório, mas também, o pensamento gerado pelo posicionamento imparcial de quem analisa os erros cometidos.”

Não obstante, o complexo sistema de segurança montado, o qual combinava medidas de gestão securitária antiterrorista e de controlo de ingressos, foi condicionado pela realidade. É notória que a gestão dos fluxos foi comprometida pelo intenso afluxo de pessoas, consequência da incapacidade de controlar adequadamente a bilhética, surgindo situações de bilhetes falsos utilizados maioritariamente pelos adeptos ingleses, bem como bilhetes verdadeiros com mais de um titular, facto originado pela múltipla reprodução e disponibilização indiscriminada, deste modo, várias ocorrências de densidade perigosa foram verificadas com a saturação dos pontos de passagem. Por outro lado, as greves de transportes agravaram este cenário, as quais introduziram dificuldades nas acessibilidades, provocando um mau funcionamento sistémico «antes do evento». Esta situação voltaria a verificar-se após o evento, em que as diferentes autoridades não souberam garantir a segurança dos adeptos, existindo relatos de ataques indiscriminados (roubos, violência física, perseguição) por parte de gangues locais.

Na indagação das causas, sem pretensão de discretearmos críticas destrutivas, elencam-se os elementos constantes das falhas preconizadas e descritas pelo relatório, mas também, o pensamento gerado pelo posicionamento imparcial de quem analisa os erros cometidos. Neste entorno, subjaz: i) a inexistência de planos de contingência para fazer face às situações ocorridas; ii) as falhas no processo de recolha e tratamento de informações, ou seja, falha na inteligência para controlo dos fluxos de adeptos; iv) incapacidade do dispositivo de segurança que foi assoberbado pelos acontecimentos, retirando capacidade racional e efetiva para os dirimir; v) a inexistência de controlo dos ingressos no âmbito da bilhética (o associar o CC e/ou o NIF a cada ingresso, caucionando um titular por bilhete), e vi) o estabelecimento de um perímetro de segurança com diferentes momentos de intervenção e controlo dos ingressos, por forma a gerir os fluxos de pessoas, bem como facilitar a entrada tranquila dos adeptos no estádio. Em suma, a inexistência de uma estratégia de ética que garanta o acesso ao evento de quem realmente comprou o bilhete,

impedindo quem não comprou, e a ausência de um plano de contingência adequado foram fatores condicionadores de uma agilização e adaptação dos processos, por forma a controlar as situações descritas antes do evento e pós-evento, evitando a embolia e rutura descritas.

Estes elementos fundamentais estruturaram a experiência da mente humana, porque todos os fenómenos têm impactos de magnitude quantitativa (horas perdidas) e de profundidade qualitativa (frustração), sendo que a simbiose destas duas dimensões, emboca na (in) compreensão do fenómeno. A reflexão que se propôs sobre a fenomenologia e a análise dos incidentes da final da Liga dos Campeões, conjugando as recomendações do Conselho Europeu, a informação sobre o Stade de France, as imagens divulgadas pelos órgãos de comunicação social e o modelo organizacional, é marcante no existencialismo da frustração gerada. São muitos os atores e as circunstâncias dessa frustração. O legado impactou nos diversos *stakeholders* envolvidos neste evento desportivo em concreto.

Sobre este berço elencam-se, sem a preocupação do momento do evento a que dizem, respeito, porquanto se trata duma sùmula, a frustração: i) de quem tem bilhete válido e não consegue entrar; ii) de quem não consegue elucidar dúvidas e questões, e, em resposta recebe gás pimenta; iii) de quem compra um bilhete e o mesmo é reproduzido e, assim, é burlado; iv) no atraso no início do jogo; v) de ser atacado por gangues à saída (violência gratuita, assaltos); vi) do sistema ser ultrapassado conduzindo à sensação e impotência perante as ocorrências; e, vii) da segurança em consolidar e garantir a tríade *security-safety-service*.

O mote principal na compreensão desta realidade, cujo processo interacional dos envolvidos teve externalidades negativas, será apreender se este é o prenúncio de uma tragédia anunciada para os Jogos Olímpicos de Paris ou apenas um teste à resiliência da capacidade organizativa dos franceses. ○

Referências

- Council of Europe (2016, Julho 12). *Council of Europe Convention on an integrated safety, security and service approach at football matchers and other sports*. Title (coe.int)
- Felgueiras, S. (2015). *Ação policial face à ação coletiva: Teoria para uma estratégia de policiamento de multidões*. ISCPSI.
- Gourvernment (2022). *Rapport sur l'organisation de la finale de la Ligue des Champions de l'UEFA le 28.05.2022 au stade de France et le renforcement du pilotage des grands événements sportifs*. <https://www.gouvernement.fr/upload/media/default/0001/03/be04f1c261c6e48a5eb6bb6f-3b374ab115a5e79e.pdf>
- Morgado, S. (2015). Comportamento dos adeptos e intervenção pedagógica. *Journal of Sport Pedagogy and Research*, 1 (7), 23
- Stade de France (2022, Julho 8). *Histoire & valeurs. Histoire et valeurs du Stade de France : Un stade mythique* (stadefrance.com)

Tempestades (im)perfeitas

Carla Chicau Borrego

*Professora Coordenadora da Escola Superior de Desporto de Rio Maior
Coordenadora de Curso Mestrado em Treino Desportivo*

As constantes suspeitas de corrupção, que foram sendo associadas a pessoas e organizações do desporto nacional, europeu e internacional, nada contribuem para um clima de valores. A constante turbulência à volta das equipas de arbitragem, bem como os comportamentos de violência de jogadores, dirigentes e adeptos marcam pela negativa o desporto.

Por outro lado, recebemos uma lufada de ar fresco quando temos o privilégio de assistir em plena Volta a França em bicicleta, uma das mais senão a mais importante competição do ciclismo mundial, a momentos de transcendência humana, acompanhados de companheirismo, solidariedade, integridade e humanidade, protagonizadas pelos ciclistas mais importantes que alcançaram também vitórias.

Também nos Europeus de atletismo assistimos a mais momentos de fair-play, quando um atleta interrompe a sua corrida para vir em auxílio de outro, que se encontra caído na pista. Se alguns valorizam, as vozes críticas apontam o dedo à organização, considerando que a este nível deveriam existir pessoas destacadas para auxiliar os atletas, outras refugiam-se na existência de apenas três lugares: ouro, prata e bronze, tudo o resto é paisagem. A atitude do atleta é vista como banal, como uma obrigação, no entanto apenas um atleta agiu pelo outro.

Estará o desporto contaminado de um egoísmo individual e coletivo, será que vale tudo? No plano ético e moral, e sendo necessário definir o que é justo ou injusto, assente numa consciência do bem e do mal, não basta estar tranquilo consigo mesmo, visão egoísta, é essencial uma visão mais holística, importa que se viva o mais humanamente possível, em harmonia e entendimento com a sociedade da qual faz parte integrante. Este ato nobre de solidariedade deve, de facto, ser enaltecido e divulgado. O desporto em qualquer nível, mesmo ao mais alto nível, continua a representar valores éticos e morais.

No respeito pela ética, o treinador desempenha um papel determinante. Ser treinador é alguém que conhece o fenómeno desportivo e a sua organização social, domina os princípios de metodologia do treino desportivo, de forma a poder intervir na formação e rentabilização de atletas e praticantes, o que implica melhorar competências, modificar atitudes e comportamentos. Em consequência, os treinadores contribuem para o desenvolvimento de pessoas, equipas como unidades e comunidades coesas.

Um passo muito importante foi dado, por um lado, com a publicação do Código de Deontológico do Treinador, que pretende «estabelecer e manter altos padrões de profissionalismo para a missão de formação e orientação atlética que o treinador exerce». Por outro, não se procura fazer imposições desrazoáveis aos treinadores, ao invés pretende-se guiá-los e instruí-los na conservação dos valores éticos e morais que não se podem perder de vista no desporto e que acompanharão o treinador ao longo da sua atividade, em qualquer modalidade, escalão ou condição profissional, à luz do Código Deontológico do Treinador (2022).

Mas as sombras continuam a pairar e os casos de doping nos Jogos Olímpicos de Inverno realizados na China, continuam a ecoar no mundo do desporto. Casos mais mediáticos trazem ao maior palco do desporto mundial questões relacionadas com doping, idade precoce dos atletas e a sua saúde mental.

As agências de controlo antidoping lançaram ações em vários países europeus. A produção ilegal e a distribuição de doping não só corrompem competições, como também põem em perigo a saúde dos atletas. As substâncias dopantes são muitas vezes produzidas em laboratórios ilegais sem quaisquer requisitos de higiene, ao mesmo tempo que utilizam matérias-primas perigosas e abaixo das normas.

Estas substâncias dopantes envenenam atletas em todos os desportos. Os traficantes visam, principalmente, os atletas vulneráveis, muitas vezes não profissionais, vendendo substâncias dopantes ilegais através de contas nas redes sociais ou de forma pessoal. O mercado ilegal de drogas que melhoram o desempenho tem-se mantido relativamente inalterado. A luta antidoping continua ...

A preferência pelos atletas mais vulneráveis volta a marcar presença quando abordamos o tema da manipulação dos resultados e apostas. Este há muito deixou de ser um problema de uma modalidade em particular, para ser do desporto em geral. Como vinculado pela Nações Unidas é um problema de crime organizado que merece atenção de todos os setores da sociedade.

A democratização da tecnologia, associada a liberação e globalização das apostas desportivas on-line, que permitem em tempo real e, em qualquer lugar do mundo, apostar em competições de todo o mundo, em conjunto com debilidades na regulação e potenciais lucros, formam a tempestade perfeita. Destacamos pela

positiva a Convenção sobre a Manipulação das Competições Desportivas e os programas de prevenção e educação para todos os agentes desportivos, realizados em clubes em Portugal.

Ao nível das grandes organizações desportivas temos tido exemplos contraditórios, pois mesmo subscrevendo códigos de boa governação, as informações que tem vindo a público demonstram grandes fragilidades, indo desde a corrupção, suborno, até à gestão ineficiente. A integridade desportiva, ou a ausência da mesma, abrange a integridade pessoal, competitiva e organizacional. As ameaças à integridade desportiva incluem infrações penais tais como corrupção, fraude e coerção, mas também violações de regulamentos estatutários e disciplinares e comportamentos antiéticos.

A procura pela transparência e integridade desportiva, deve assim comprometer todas as partes interessadas e proteger todas as pessoas, da violência, assédio e abuso, garantir a segurança dos indivíduos e fomentar o respeito e a proteção dos direitos humanos internacionalmente reconhecidos, incluindo os direitos sociais; apoiar o fair-play, que é muito mais do que jogar dentro das regras. O fair-play incorpora os conceitos de amizade, respeito pelos outros e um sentido de companheirismo. Inclui questões relacionadas com a batota, a utilização de estratégias injustas no respeito das regras, a manipulação das competições desportivas e o doping. Inspirar uma governação do desporto que respeite os princípios de transparência, integridade, democracia, desenvolvimento e solidariedade, a qual deve ser assegurada por controlos e equilíbrios e mecanismos de controlo. (Carta desportiva, 2021)

A inconstância e emissão de sinais contraditórios torna difícil a afirmação do desporto como interface e promotor de valores desportivos. É necessário então decidirmos, sim todos nós, políticos, decisores, treinadores, atletas, pais, educadores (...), se queremos um desporto baseado em valores que capacitam as pessoas a ensinar equidade, trabalho de equipa, igualdade, disciplina, inclusão, respeito e integridade, ou seja um instrumento de educação, cultura e saúde, contribuindo para o desenvolvimento humano e promotor da economia ou um desporto desumanizado, sem ética, socialmente injusto, sustentado num ciclo de desconfiança e ameaças, de sacrifício exacerbado, palco de força entre diferentes poderes.

Nesta inquietude resgatamos o conceito de ética desportiva. Segundo a Carta Europeia do Desporto (2021), «é um conceito positivo que orienta o comportamento humano. É definido como uma forma de pensar e não apenas uma forma de agir. É subjacente à integridade desportiva, igualdade, honestidade, excelência, empenho, coragem, espírito de equipa, respeito pelas regras e leis, respeito pelo ambiente, respeito por si e pelos outros e espírito de comunidade, tolerância e solidariedade. Inclui também o respeito pelos direitos humanos e a sustentabilidade. Deve ser promovida em todas as atividades no desporto através de programas relevantes e medidas concretas».

No mesmo documento, o conceito desporto «significa todas as formas de atividade física que, através da participação casual ou organizada, visam manter ou melhorar

“A procura pela transparência e integridade desportiva, deve assim comprometer todas as partes interessadas e proteger todas as pessoas, da violência, assédio e abuso, garantir a segurança dos indivíduos e fomentar o respeito [...]”

a aptidão física e o bem-estar mental, formando relações sociais ou obtendo resultados em competição a todos os níveis». Ter a liberdade de escolha informada, ou seja, ser educado sobre como escolher a linha de ação ética no desporto e fora deste, encorajar e cooperar com os denunciadores e os meios de comunicação social livres, investir na educação, prevenção e sensibilização e utilizar a integração do género e da juventude é parte integrante das competências que devem ser adquiridas através do desporto. O desporto baseado em valores pode e deve capacitar as pessoas.

As prioridades para o desporto para o próximo quadriénio (2022-25) já foram definidas pelo Conselho da Europa, o qual salientou que o desporto pode contribuir para a agenda 2030 do desenvolvimento sustentável e para os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS). Em linha com as principais ameaças ao desporto como o doping, violência nos eventos desportivos, manipulação das competições desportivas, corrupção e a violação dos direitos humanos, estruturam-se em torno de três eixos estratégicos: a) Proteção dos direitos humanos e o respeito pelas normas, regras e leis do desporto tem obrigatoriamente que entrar na agenda dos governos e das organizações desportivas. b) Lutar por grandes alterações na promoção do desporto orientado por valores; c) Reafirmar o papel-chave do Conselho da Europa como parceiro fiável e essencial na abordagem dos desafios europeus e globais no domínio do desporto. Estas prioridades deverão contribuir para o fortalecer o desporto como uma atividade social de base, e assegurar que Direitos Humanos são incorporados pelo desporto.

O desporto é uma atividade social, educativa e cultural que pode dar inúmeras contribuições para o bem-estar pessoal e o desenvolvimento social, e o exercício físico, em particular, ajuda a promover tanto o bem-estar físico como mental, se for centrado nas necessidades das pessoas/atletas.

A cooperação recíproca entre todos os intervenientes no modelo desportivo, assumindo os normativos éticos como parte integrante do seu core de atuação, irá contribuir para crescimento económico e do emprego e desenvolvimento desportivo no seu todo. Destacamos ainda a necessidade de formação superior para capacitar os treinadores de competências técnicas, relacionais, éticas e deontológicas com vista à integração destes objetivos. ○

Do conceito de ética do desporto ao Código Deontológico do Treinador

Teresa Rocha

Vice-presidente da Confederação de Treinadores de Portugal

Doutorada pela Universidade de Vigo

Professora de Educação Física e Treinadora de andebol

O desporto no seu valor é reconhecido como um importante fator de aperfeiçoamento pessoal e social, da formação do carácter, integração de valores de cidadania em geral, da ética e do espírito desportivo em particular. Ao abordamos a ética, refere-se ao ethos: princípio, alicerce, fundamento. Ou seja, conjunto de modelos e valores que formam o carácter de cada pessoa e que se traduz no modo de ação e de forma de agir. Neste contexto, convém contextualizar a definição que a ética, quer na vida, quer no desporto, requer um conjunto virtudes fundamentais.

São elas: cumprimento de regras, integridade, responsabilidade, respeito e a igualdade de oportunidades. Ou seja, o conceito de ética diz-nos como nos devemos comportar para não prejudicarmos outras pessoas. Muitas vezes, a ética é muito mais do que apenas cumprir a lei. Ninguém pode ser obrigado a comportar-se com ética, mas as leis obedecem muitas vezes a princípios éticos. É a ética que nos faz pensar e nos diz se estamos a agir bem ou mal ou se os outros estão a agir bem ou mal. A ética pode variar de sociedade para sociedade e está muito ligada à moral e à cultura de cada país.

O modelo desportivo é construído sobre a ideia de que o desporto revela o carácter e contribui para o seu incremento. Com base na vertente prática, podemos transportar para fora da competição efeitos que influenciam o comportamento moral e ético do ser humano, ou seja existe um sistema de valores, com objetivos individuais e coletivos que não podem ser conseguidos de qualquer maneira, nem ser a única meta. Funciona como um sistema de princípio e valores que orientam a forma de agir e estar do treinador.

O chamado tecido desportivo, no qual se englobam dirigentes, treinadores, atletas e equipas técnicas, a ética assenta num fenómeno diretamente dependente do contexto social e das ações responsáveis dos intervenientes: são atores da sociedade e do desporto.

O espírito desportivo valoriza a inteligência, o corpo, a autoestima e até o carácter do homem pelos valores da ética, *fair-play*, honestidade, saúde, educação, dedicação, trabalho de equipa, respeito pelas regras, coragem, sensibilidade e solidariedade entre participantes. Conceitos amplamente ligados ao olimpismo e ao seu

ideal. O olimpismo é uma filosofia de vida, que mistura o desporto e a cultura com a arte e educação, visando combinar num todo equilibrado qualidades humanas do corpo, espírito e mente. É uma forma de vida baseada no respeito pela dignidade humana e por princípios éticos universais fundamentais, no prazer pelo esforço e participação, no papel educacional do bom exemplo, é uma forma de vida baseada no entendimento mútuo. Uma característica importante do olimpismo é o efeito significativo que confere ao desporto. A união do corpo e da alma, da competição justa, da internacionalização dos homens do desporto, da ênfase nos valores humanos e no ideal de paz estão incorporados na Carta Olímpica.

Através do conceito de olimpismo, o desporto é promotor da socialização, desenvolvimento do espírito desportivo e entre ajuda entre os praticantes. Assim, neste sentido não é possível pensar em ética no desporto, desvinculada de uma ética na sociedade, dado que o desporto, seja qual for a vertente, não se manifesta num vácuo social, mas sim num contexto sociocultural vinculado a uma ética de sociedade moderna. Se a educação das sociedades, sobretudo das crianças e jovens, se fundamentar nos grandes valores éticos da humanidade, estaremos a construir uma sociedade futura com

“Muitas vezes, a ética é muito mais do que apenas cumprir a lei. Ninguém pode ser obrigado a comportar-se com ética, mas as leis obedecem muitas vezes a princípios éticos. É a ética que nos faz pensar e nos diz se estamos a agir bem ou mal ou se os outros estão a agir bem ou mal. A ética pode variar de sociedade para sociedade e está muito ligada à moral e à cultura de cada país.”

qualidades de cariz humano e com consciência. O desporto, por exemplo, é feito de regras, objetivos e exigências, respeito pelos valores éticos e morais, disciplina, paciência, compreensão e respeito mútuo. É, pois, da responsabilidade pessoal e indiscutível dos pais, encarregados de educação, tutores, professores, treinadores e até dirigentes desportivos, a relação entre crianças e jovens, para os quais são um modelo de referência.

A aquisição de valores e princípios morais não se faz de forma imposta na leitura de decretos ou documentos. Os valores constroem-se implicando o seu ensino e a sua prática através da pedagogia do exemplo, sendo este o treinador que, assim, deve assumir-se como agente promotor de valores e atitudes que dignifiquem a sua intervenção ao atleta e a prática desportiva, fomentando através do exemplo e do modelo as normas essenciais do espírito desportivo.

Numa sociedade em constante construção e destruição dos modelos de referência, é importante proporcionar aos jovens o convívio com modelos positivos. Rocha T. (2019) dividiu em dois grupos, um pela formação, outro pela prática. No grupo de formação, os valores foram adquiridos em aprendizagens, cursos, formações. Trata-se de valores importantes para transmitir a atletas/equipa, conteúdos transversais que foram adquiridos aquando da formação. No grupo da prática, é na sessão de treino que os valores são utilizados, como parte do planeamento anual, de micro e meso ciclos, ou em competição.

Sabemos e segundo Sergey Bubka, «o treinador é a figura central na vida quotidiana do atleta», daí a importância da sua presença pedagógica. Cabe ao treinador, agente também do movimento olímpico, ser um veículo importante na transmissão desses mesmos valores, pela responsabilidade que tem no processo de treino. Os treinadores são elementos cruciais no processo de desenvolvimento dos valores que se querem manifestados através da prática desportiva. Assim, cabe aos mesmos a responsabilidade da condução e ensino da atividade desportiva. Não podemos esquecer que o treinador é a figura que está mais perto do atleta/equipa, tem uma importante missão de responsabilidade social, de transmissão da parte técnica e tática da sua modalidade e, através da comunicação, sensibilizar para os riscos dos contra valores do desporto que flagelam nos dias contemporâneos (Cabrera Suárez y Ruiz Llamas, 2004).

Nos últimos anos, tem-se verificado a degradação dos comportamentos de treinadores, vocabulário menos apropriado nos recintos desportivos, incêntivo a atitudes pouco corretas para com o adversário, falta de respeito para com árbitros e ou restantes equipas técnicas. Atualmente, o prestígio de ganhar uma medalha olímpica, um troféu mundial é de extrema importância quer para a valorização do atleta, quer para o treinador. Será que os treinadores têm a consciência e estão sensibilizados para a educação pelos valores? E para a transmissão aos seus atletas dos valores? Esta foi a problemática de estudo de uma tese de doutoramento. Na consulta de fontes selecionadas tomou-se consciência de que é necessário investigar a respeito desta área, pois não existem estudos sobre esta prática. Por isso, é relevante direcionar esta prática, analisar esta temática e lançar as bases para abrir caminho a outras

“ Os valores constroem-se implicando o seu ensino e a sua prática através da pedagogia do exemplo, sendo este o treinador que, assim, deve assumir-se como agente promotor de valores e atitudes que dignifiquem a sua intervenção ao atleta e a prática desportiva, fomentando através do exemplo e do modelo as normas essenciais do espírito desportivo.

investigações. Do estudo em causa, saíram algumas conclusões, como estas:

No que se refere a transmissão dos valores, 27.2% dos treinadores indica que transmite os valores olímpicos aos seus atletas, sendo que o fazem predominantemente antes do treino. Os valores mais relacionados com os Jogos Olímpicos foram êxito (27.8%), excelência (25.1%) e desportivismo (17.6%). Sobre a perceção dos treinadores no que concerne o desporto e a ética, os entrevistados manifestam uma percentagem elevado de acordo em todos os itens. «Se o teu adversário não tem fairplay, é normal retribuir na mesma moeda (55.53%). À questão sobre se «aceitava que um atleta tomasse um produto dopante para ganhar uma medalha olímpica?», 20.8% manifestam acordo.

Com base neste item, foi criado o Código de Declaração Antidopagem Treinador-Atleta. Esta declaração tem como objetivo ser mais um meio pedagógico que treinador e atleta têm ao seu dispor para repudiar a utilização de substâncias ou métodos proibidos no desporto, apelando à ética e à verdade desportiva.

Recentemente foi aprovado o Código Deontológico do Treinador, da autoria da Confederação de Treinadores de Portugal em colaboração com as associações da classe integrada na visão que prossegue do reconhecimento social do treinador. Aprovado em Assembleia Geral de 12 de março de 2022, foi recomendada a adoção do documento e, se necessário, a sua adaptação conforme a realidade da modalidade.

As alterações nos últimos 14 anos do quadro jurídico da profissão de treinador, numa sociedade em constante mudança nas áreas do comportamento, fortaleceram a importância técnico no processo de desenvolvimento desportivo. O papel do treinador vai muito além das áreas técnicas, táticas, físicas ou psicológicas de cada modalidade! Através do seu exemplo e de comportamentos que dignificam a sua intervenção, o treinador promove os valores e atitudes do desporto e estimula o aperfeiçoamento pessoal e social dos atletas. Este Código Deontológico baliza a atividade do treinador na área comportamental, estabelecendo de forma simples e rigorosa os princípios do comportamento ético, transversalmente a todas as modalidades, reforçando o reconhecimento social do treinador! ○